



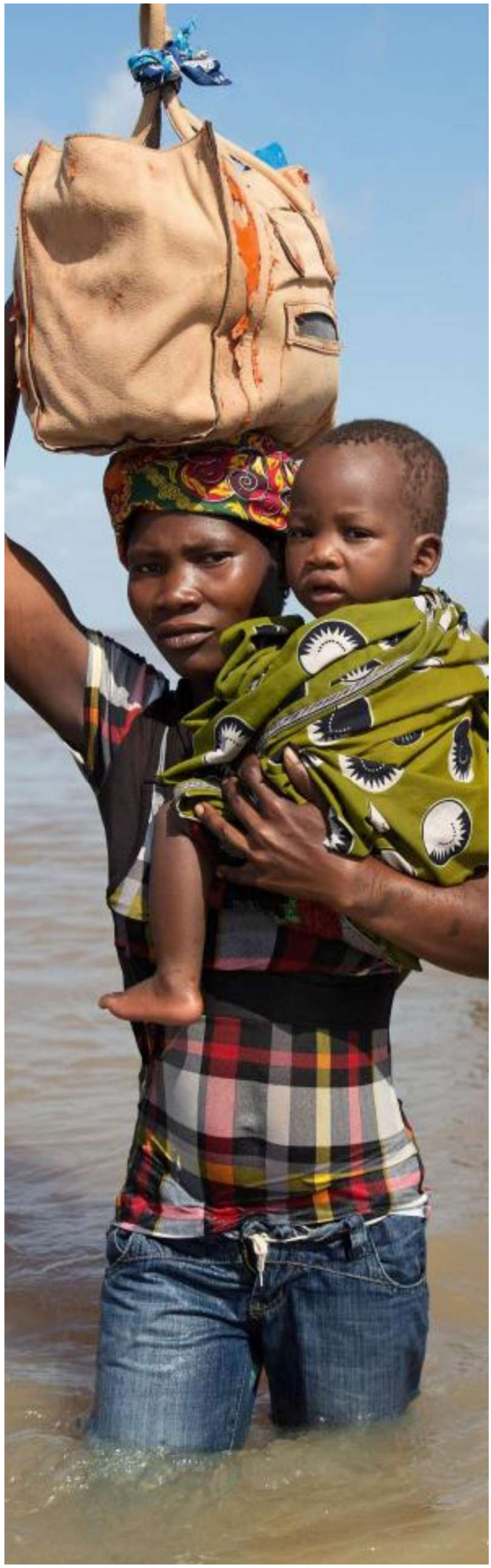
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO E REDUÇÃO DO RISCO DE
DESASTRES

DIVISÃO DE SALVAGUARDAS SOCIAIS E AMBIENTAIS

ESTRATÉGIA DE GÉNERO E INCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DE GESTÃO E REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES 2024-2030

MAPUTO, 2024



FICHA TÉCNICA

Elaborada pelo:

INGD-Divisão de Salvaguardas Sociais e Ambientais

Sob Coordenação do Dr. Adelto Americo Chambela

Director da DSSA

Maputo, Rua do Gare de Mercadoria, nr. 690

Tel.: (+258) 876515959

Email: ingd.geral@ingd.gov.mz

Maputo – Moçambique

Apoio financeiro:



Tabela de conteúdos

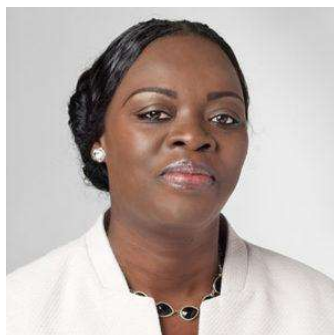
1. INTRODUÇÃO	8
1.1. Lógica para Integração do Género no Sector de Gestão e Redução do Risco de Desastres	10
1.2. Legislação e Instrumentos de Políticas Internacional de Integração da Abordagem de Género	11
1.2.1. Legislação e Instrumentos de Políticas de Nível Nacional	12
1.3. Processo de Formulação da Estratégia de Género e Inclusão Social	14
1.4. Redução de Risco de Desastres Sensível ao Género	15
1.4.1. Desafios Enfrentadas por Mulheres e Meninas no Ciclo de Gestão do Risco de Desastres	16
1.4.2. Desafios Únicos e Persistentes Durante e Após Desastres.....	17
2. IGUALDADE DE GÉNERO E INCLUSÃO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE	19
2.1. Igualdade de Género e Inclusão Social em Moçambique.....	19
2.2. Estado Actual da Igualdade de Género e Inclusão Social na RRD em Moçambique	20
2.3. Principais Desafios e Oportunidades	21
2.4. Redução do Risco de Desastre Sensível ao Género.....	21
3. VISÃO, MISSÃO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ESTRATÉGIA DE GÉNERO ...	23
3.1. VISÃO	23
3.2. MISSÃO	23
3.3. PRINCÍPIOS ORIENTADORES	24
3.4. Atribuições do INGD Referente ao Género no Contexto de RRD	24
4.1. Objectivos e Acções Estratégicas.....	25
4.1.1. Objectivo Geral	25
4.1.2. Objectivos Estratégicos	26
4.1.3 Resultado Esperado	26
4.1.4. Intervenções estratégicas por objectivos.....	27
5.1. Plano de Implementação	35
5.2. Estrutura Organizacional e Responsabilidades	35
5.3. Monitoria e Avaliação	36
5.3.1. Aprendizagem e Compartilhamento de Lições	36
5.3.2. Processo de Revisão da Estratégia	37
6. PARCERIAS E COLABORAÇÃO ESTRATÉGICA	38
6.1. Principais Actores	39
7. PLANO DE ACÇÃO	40

ACRÔNIMOS

Abreviação	Significado
AMC	Adaptação às Mudanças Climáticas
ARSDRR	Estratégia Regional Africana para a Redução do Risco de Desastres
AU	União Africana
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
CEDAW	Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CEPPP	Centro de Estudos de Políticas e Programas Públicos
CERs	Comunidades Econômicas Regionais
CLGRDs	Comités Locais de Gestão de Risco de Desastres
COSACA	Consórcio composto por Concern, Oxfam, Save the Children, e CARE
CRPD	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
DSSA	Divisão de Salvaguardas Sociais e Ambientais
EGIS	Estratégia de Género e Inclusão Social
GRRD	Gestão e Redução de Risco de Desastres
HIV/SIDA	Vírus de Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
INAM	Instituto Nacional de Meteorológico
INGD	Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres
LFTW	Light For The World
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OIM	Organização Internacional para Migração
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Protecção da Criança
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RRD	Redução de Risco de Desastre
SDAC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância
VSLA	Associação de Poupança e Empréstimo da Aldeia
OXFAM	Comité de Oxford para Alívio da Fome
PMA	Programa Mundial para Alimentação.



PREFÁCIO



A igualdade e equidade de género é um caminho e, simultaneamente, um pré-requisito para a integração de género na gestão e redução do risco de desastres, na superação da pobreza e da desigualdade nas suas diversas formas em Moçambique. Mas ainda precisamos percorrer um longo caminho, em termos de igualdade de género e oportunidades iguais para as mulheres e para os homens, na redução do risco de desastres.

Condições de vida desiguais e acesso a recursos, hierarquias tradicionais, legislações discriminatórias, assim como, práticas baseadas na cultura, ainda limitam as oportunidades para que as mulheres e as meninas se tornem participantes nos seus direitos humanos. Para o efeito, queremos contribuir para que as mulheres se envolvam cada vez na governança do risco de desastres, e para que fortaleçam as suas capacidades de participar, a nível local e nacional, no desenvolvimento de políticas e na tomada de decisões a todos os níveis, desde a preparação, resposta e recuperação pós-desastres. O objectivo deve ser o de superar a discriminação e a desigualdade de géneros em todas as etapas de gestão e redução do risco de desastres em Moçambique.

Os papéis de género consagrados na mente da maioria das pessoas, e a divisão social do trabalho, devem ser questionados e superados, para que as mulheres e as meninas possam atingir uma posição socialmente igual, no contexto de RRD. Por isso, o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), formulou a presente Estratégia de Género e

Inclusão Social (EGIS) 2024-2030, com objectivo central de construir a resiliência aos múltiplos riscos que atingem todos os segmentos da sociedade e reforçar a capacidade institucional no processo de integração de Género na Gestão do Risco de Desastres e Adaptação as Mudanças Climáticas em Moçambique, através de uma linguagem sensível ao género, cujo o resultado final serão vidas salvas, ao garantirmos que mulheres e homens são igualmente apoiados e fortemente habilitados a lidar com os desastres naturais.

A EGIS 2024-2030, no contexto de RRD foi formulada usando uma abordagem colaborativa baseada nas consultas regionais inclusivas de uma variedade de participantes desde entidades do Governo, parceiros de cooperação, Agências das Nações Unidas, sector privado, academia, sociedade civil e fórum de mulheres.

O aumento da intensidade dos desastres naturais violentos complicam, particularmente, a vida das mulheres, crianças, pessoas com deficiência, idosos e doentes crónicos e, promovem a violência baseada no género, abuso e exploração sexual, bem como a descontinuidade na provisão dos serviços de saúde sexual e reprodutivos. A elevada dependência da ajuda humanitária está fazendo com que um número cada vez maior de mulheres se tornem muito vulneráveis à agressão e exploração sexual.

Portanto, o empenho pela igualdade e equidade de género na RRD não é “coisa de mulheres”. Os homens, especialmente adolescentes do sexo masculino, precisam de estar envolvidos neste debate, e entender por que motivo é que isto também é importante para eles. Isso inclui a confrontação com a ideia comum de masculinidade, os papéis e privilégios associados, assim como possíveis mudanças de papéis e comportamentos, que são associados a uma redistribuição de poder e à renúncia de privilégios. Por isso, é necessário um trabalho sensível ao género com os jovens e os homens como grupos-alvo, e a integração dos mesmos como promotores da mudança para uma maior igualdade de género dentro do contexto emergencial.

Esperamos que, esta Estratégia de Género e Inclusão Social do INGD 2024-2030, auxilie e oriente os colaboradores, promova uma abordagem multisectorial e participativa sobre a necessidade de assegurar a participação equitativa dos homens e mulheres nas acções de Redução de Risco e Desastres e Adaptação as Mudanças Climáticas.

O Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres endereça agradecimentos especiais a todos que directa ou indirectamente contribuíram no processo de formulação da presente Estratégia de Género e Inclusão Social 2024-2030.

A Presidente do INGD

Luísa Celma Meque
(Investigadora Coordenadora)

AGRADECIMENTOS



Estratégia de Género e Inclusão Social do INGD 2024-2030, para redução do risco de desastres é um documento vivo elaborado pelo INGD através da Divisão de Salvaguardas Sociais e Ambientais. A Estratégia é fruto de três consultas públicas regionais no quadro nacional envolvendo diversos actores chaves no contexto de RRD, um workshop de validação com representantes do Governo, agências das nações unidas, parceiros de cooperação, organizações da sociedade civil e fóruns de mulheres.

A Divisão de Salvaguardas Sociais e Ambientais, agradece a todos os parceiros que directa ou indirectamente contribuíram no processo de formulação desta estratégia. Agradecimentos especiais vão para a OXAFAM através da COSACA, UNFPA, UNICEF, ONU Mulheres, Embaixada da Irlanda, ACNUR e a Light For The World (LFTW), pelo apoio financeiro e técnico que permitiram a concepção, disposição, impressão, divulgação e uma maior e comunicação deste material. Agradecimentos extensivos vão para a equipa da Nyararai Consultores e Serviços – NCS, pelo excelente contributo no trabalho de consultoria no âmbito da estratégia.

O Director da DSSA

Adelto Américo Chambela



1. INTRODUÇÃO

A incidência de eventos climáticos extremos e de desastres em Moçambique aumentou significativamente durante as últimas décadas. Esta tendência irá continuar visto que se espera que as mudanças climáticas se agravem, existindo exposição a eventos de progressão rápida e a tensões lentas que já estão a ser enfrentadas em diferentes partes do País, como é o caso de secas severas, cheias e inundações, os ciclones, tempestades tropicais, sismos no Vale do Rift e no Canal de Moçambique, além de um aumento do nível do mar e da erosão costeira.

Os reduzidos e irregulares padrões de pluviosidade em Moçambique, durante as últimas décadas tem estado a contribuir para o aumento da seca, insegurança alimentar e degradação dos recursos naturais. Estes riscos surgem agravados por tensões ambientais como a deflorestação, degradação das florestas, degradação das zonas húmidas costeiras e outros riscos como a erosão costeira, aumento do nível do mar, espécies exóticas invasoras e os incêndios.

Desta feita, os desastres que ocorrem no País não afectam todos da mesma maneira – isso depende dos níveis de vulnerabilidade, que variam com vários aspectos socialmente construídos com a identidade, como o género. As mulheres e meninas frequentemente enfrentam os maiores impactos das mudanças climáticas e dos desastres¹. No entanto, a participação activa de mulheres e homens na redução do risco de desastres em Moçambique é portanto, fundamental para um desenvolvimento sustentável, efectivo e baseado na igualdade de direitos e deveres.

Essa constatação é reforçada pelas abordagens de Gestão do Risco de Desastres (GRD) e Adaptação às Mudanças Climáticas (AMC) que tendem a ser cegas em relação as questões de género. Como resultado, as soluções não levam em conta as diferenças de género e, portanto, não são eficazes, tendo o potencial de exacerbar as desigualdades e disparidades de género entre mulheres e homens em termos de pobreza, trabalho e acesso a recursos.

A introdução da abordagem de género no INGD é deste modo, uma condição que se impõe para a garantia dos objectivos do programa do Governo relativos a redução do risco de desastres. Sem a participação activa das mulheres e a incorporação das suas aspirações a todos os níveis de tomada de decisão e, em todo o ciclo de gestão do risco de desastres em Moçambique os objectivos da equidade e igualdade de género, poderão não ser alcançados.

¹ UNDP (2009). “Igualdade de Género e o PNUD. Fatos Rápidos.” Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

O processo de integração da abordagem de género em políticas, programas, planos e estratégias é uma preocupação constante do Governo da República de Moçambique. A adopção de medidas sensíveis à questão do género passa necessariamente pela adopção de medidas e acções de carácter político-administrativas que devem estar reflectidas em todo o ciclo da GRD.

Neste contexto, o INGD, reconhecendo a importância do papel desenvolvido por mulheres e homens na preparação, resposta e recuperação pós-desastres, definiu a elaboração da presente Estratégia de Género e Inclusão Social (EGIS), impulsionando a promoção da igualdade e equidade de oportunidades entre mulheres e homens na RRD, de modo a atingir os objectivos preconizados pelo governo. A Estratégia constitui um instrumento de orientação, assim como de planificação, orçamentação, implementação, monitoria e avaliação das actividades da GRD.

A presente Estratégia tem por objectivo o desenvolvimento de acções concretas que tenham impactos positivos na vida dos grupos populacionais mais vulneráveis, visando a igualdade e equidade de género no ciclo de gestão e redução do risco de desastres, contribuindo assim, para a redução da vulnerabilidade aos eventos extremos, a casos de Violência Baseada no Género, Abuso e Exploração Sexual, Uniões Prematuras, Exclusão de Pessoas com Deficiência, Idosos, Doentes Crónicos, Pessoas vivendo com HIV/SIDA e outras doenças endémicas.

Para além de referências bibliográficas consultadas, constituíram base fundamental para a elaboração da presente Estratégia as constatações e recomendações do Diagnóstico de Género dentro do INGD realizado em todo o país pela Divisão de Salvaguardas Sociais e Ambientais.

O referido diagnóstico, permitiu obter uma visão dos problemas sensíveis ao género que afectam o INGD. Deste modo, as acções estratégicas apresentadas no presente documento têm em vista minimizar problemas relacionados com o desequilíbrio de género na GRD contribuindo assim, para uma maior inclusão dentro do ciclo de gestão do risco de desastre, sem, no entanto promover de forma alguma discriminação ao homem nem inverter os papéis que estes desempenham na sociedade principalmente nas comunidades rurais.

Portanto, a Estratégia de Género e Inclusão Social (EGIS) 2024-2030 é um documento vivo e complementar a Constituição da República de Moçambique (2004), a Lei n.º 10/2020 de 24 de Agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Gestão e Redução do Risco de Desastres em Moçambique, ao Plano Quinquenal do Governo 2020-2024, ao Plano Director para a Redução do Risco de Desastres em Moçambique (2017-2030), a Política Nacional de Género e Estratégia de Implementação 2006, ao Plano Estratégico de Género do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades 2016-2020, ao Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, aos Objectivos de Desenvolvimento

Sustentável, a Estratégia de Género e Plano de Acção 2020-2030 da CEDEAO para a Redução do Risco de Catástrofes.

Esta estratégia adiciona uma lente de género a cada acção dentro do ciclo de Gestão e Redução do Risco de Desastres a nível nacional através de colaborações e parceria para garantir uma GRD sensível ao género reduzindo deste modo riscos de maneira equitativa para mulheres, homens, raparigas e rapazes e pessoas com deficiências.

A EGIS 2024-2030, identifica quatro objectivos principais relacionados às respectivas acções estratégicas que visam promover a igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas na redução do risco de desastres, bem como, aumentar substancialmente as alocações de recursos, as actividades de redução do risco de desastres sensível ao género e diminuir substancialmente o risco de desastres relacionado ao género até 2030.

1.1. Lógica para Integração do Género no Sector de Gestão e Redução do Risco de Desastres

Diferentes pesquisas e estudos mostram que os esforços para a igualdade de género na gestão e redução do risco de desastres constituem um investimento com retorno massivo tanto para o indivíduo, como para a família e no nível macroeconómico. Dentro do ciclo de gestão e redução do risco de desastres as abordagens que ignoram o factor género durante a preparação, resposta, evacuação e recuperação pós-desastres podem reforçar as desigualdades. As estratégias para lidar com as dificuldades também são diferentes entre homens e mulheres, assim como a participação nos processos de preparação, resposta, recuperação e reconstrução.

Durante a fase de resposta, recuperação e reconstrução, as vulnerabilidades e os padrões de discriminação pré-existent são habitualmente exacerbados, uma vez que as mulheres, raparigas e pessoas com deficiência podem enfrentar riscos específicos, incluindo acesso desigual a assistência humanitária e discriminação no processo de assistência.

O colapso das estruturas sociais, que são muitas vezes prevalecentes durante as emergências, também resulta em riscos de protecção para as mulheres e, por isso, as mulheres podem enfrentar o risco de violência baseada no género, discriminação, erro de exclusão, abuso de poder, abuso e exploração sexual, pedido de favores sexuais e de outras formas de violência, incluindo o tráfico.

Por isso a estratégia procura chamar atenção para as desigualdades no acesso e controlo do poder e estruturas nos processos de tomada de decisão, manifestas em formas e escalas distintas nas estruturas sociais, culturais e económicas da sociedade.

Assume, para isso, o princípio de uma real internalização da perspectiva de género ao nível da Redução do Risco de Desastres (RRD) e das interacções sociais. Isto significa que tem em consideração os condicionalismos da socialização de género na construção da identidade individual e colectiva de mulheres e homens, nas suas opções e nos seus projectos de vida, independentemente das suas reais potencialidades e aspirações.

A robustez da recuperação pós-desastres reside na qualidade da resposta às necessidades tanto das mulheres como dos homens. A recuperação tem o potencial de transformar relações de poder desiguais que contribuem para vulnerabilidades diferenciadas por género, uma vez que fornece uma «janela de oportunidade» para a promoção da igualdade de género. Contudo, é importante estarmos cientes de que as tentativas para promover o empoderamento das mulheres podem enfrentar uma reacção adversa, dado que a resistência às mudanças nas normas pode reforçar ainda mais essas mesmas normas.

Em suma, a adopção da perspectiva de género permite a partilha de tarefas, responsabilidades, decisões e recursos de forma equilibrada e justa tanto para mulheres assim como para homens. Por fim, um argumento fundamental é que as mulheres têm contribuições importantes a dar na gestão dos riscos de desastres e na Adaptação as Mudanças climáticas (AMC). Há provas substanciais de que as mulheres são agentes de mudança poderosos durante e depois os desastres. No entanto, o desafio está na tradução das política e leis para a prática efectiva.

1.2. Legislação e Instrumentos de Políticas Internacional de Integração da Abordagem de Género

A República de Moçambique é signatário de diversas convenções internacionais e regionais relativas aos direitos humanos das mulheres e das raparigas buscando reforçar princípios e práticas da igualdade de género. Sendo de destacar os seguintes:

Compromissos Globais e Regionais	Descrição e Relevância para Moçambique
Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres²	Um compromisso global essencial para a RRD, adoptado e traduzido para o contexto moçambicano através de políticas nacionais e regionais.

² Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015-2030)

Plataforma de Acção de Pequim (sobre Género)	Focado na promoção da igualdade de género e empoderamento de mulheres e meninas, este compromisso global é reflectido em estratégias nacionais e regionais, como a Estratégia da UA para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres.
Estratégia Regional Africana para a Redução do Risco de Desastres (ARSDRR)³	Políticas continentais específicas adotadas pela União Africana, permitindo que as Comunidades Económicas Regionais (CERs) e os Estados Membros transformem compromissos em actividades concretas, sendo crucial para Moçambique.
Protocolo de Maputo da União Africana	Um tratado regional importante que promove a igualdade de género e a redução do risco de desastres em Moçambique e em toda a África.
Convenção da ONU para a Mudança do Clima (1992)	Moçambique é signatário desta convenção, comprometendo-se com acções que incluem a igualdade de género como um componente essencial na luta contra as mudanças climáticas.
Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Moçambique está comprometido com os ODS, incluindo a igualdade de género como um dos principais objectivos globais, o que guia as políticas nacionais de desenvolvimento e RRD.
Política de Género da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)	Alinhada com os compromissos regionais, esta política reforça a necessidade de uma abordagem integrada para a promoção da igualdade de género e inclusão social em Moçambique.
Política de Género de 2008 do Comité Permanente Interestadual de Luta Contra a Seca no Sahel (CILSS)	Outra política regional que promove a igualdade de género, essencial para a implementação das estratégias de RRD em Moçambique.
Estratégias e Planos de Acção do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)⁴	Esses compromissos regionais proporcionam um suporte adicional para a implementação de políticas de igualdade de género e inclusão social em Moçambique, garantindo que as acções sejam alinhadas com os padrões regionais e internacionais.

1.2.1. Legislação e Instrumentos de Políticas de Nível Nacional

O Estado Moçambicano tem vindo a desenvolver diferentes instrumentos legais sobre igualdade de género e empoderamento das mulheres. No quadro abaixo apresentam-se de maneira resumida os seguintes:

Compromissos Nacional	Descrição e Relevância
-----------------------	------------------------

³ União Africana (UA, 2021) -Estratégia de Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres

⁴ Banco Africano de Desenvolvimento (BAD, 2022) - Estratégia de Género 2022-2026

Constituição da República de Moçambique (2004)	Preconiza os princípios de universalidade e igualdade do género. A Constituição afirma que, todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política. Afirma ainda, que o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural.
Plano Quinquenal do Governo 2020-2024	Focado na promoção da igualdade de género, inclusão social e protecção dos seguimentos mais vulneráveis da população. A inclusão social visa oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços e satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência dos segmentos sociais mais vulneráveis. Deste modo, o governo irá proporcionar melhor integração a este segmento de modo a melhorar a qualidade de vida.
Lei n.º 10/2020 de 24 de Agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Gestão e Redução do Risco de Desastres em Moçambique	No princípio da universalidade, determina que o processo de gestão e redução do risco de desastres beneficia o cidadão afectado, sem qualquer tipo de discriminação. E no princípio da igualdade e equidade, determina que a gestão e redução do risco de desastres beneficia de forma imparcial e justa a todo o cidadão afectado.
Lei da Família	Consagra direitos iguais para homens e mulheres, sobretudo na chefia e gestão familiar.
Lei do Trabalho	Atribui oportunidades iguais de emprego para homens e mulheres.
Lei Contra a Violência Doméstica	Para prevenir, sancionar os infractores e prestar a necessária protecção às vítimas dos actos de violência doméstica.
Plano Director para a Redução do Risco de Desastres 2017-2030	Nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável o plano director aflora sobre a necessidade de se alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas;
Plano Nacional para o Avanço da Mulher	Promove a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres e erradicação da pobreza absoluta com um capítulo específico dedicado à educação e formação da mulher e da rapariga.

Política Nacional de Género e Estratégia de Implementação 2006	Assenta na necessidade de incorporar a abordagem de Género na Legislação, política, programas, estratégias planos de acção, orçamento e em todos os aspectos e processos de desenvolvimento do País.
Plano Nacional de Acção para a Criança 2006-2011 (PNAC)	Refere que os direitos devem ser usufruídos por todas as crianças independentemente da raça, cor, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos seus pais, condição física e psíquica.
Estratégia de Género da Função Pública	Com a missão de integrar a dimensão da igualdade e equidade de género, em todas as suas fases, e de iniciativas coerentes e complementares direccionadas para áreas consideradas estratégicas na Função Pública.
Lei n.º 24/2019 de 24 de Dezembro: Lei de Revisão do Código Penal	Tratam de diversos assuntos na perspectiva de género
Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Combate ao HIV/ SIDA	Garante um enfoque multisectorial e estratégias para a prevenção e combate ao HIV e SIDA, prestando atenção nas questões de género.

O conjunto de instrumentos supramencionados constituem pilares para a elaboração da presente Estratégia de Género e inclusão Social no contexto de Gestão e Redução do Risco de Desastres e do respectivo Plano de Acção com vista a alcançar resultados palpáveis de equidade e igualdade de género no sector que Coordena a Gestão do Risco de Desastres em Mocimboa do Vale.

A adopção destes instrumentos e particularmente da presente Estratégia de Género por si só não é suficiente para o alcance do progresso de género e o exercício pleno dos direitos humanos das mulheres e dos homens. Torna-se necessário fazer-se acompanhar de acções que reforcem a vontade política e a apropriação por todos a todos os níveis. Para que isso aconteça, é necessário assegurar um ambiente favorável para a integração da igualdade de género: adopção da Metodologia de Planificação e Orçamentação Sensível na Óptica de Género (POSOG), integrar mais mulheres nas estruturas e processos de tomada de decisão e incrementar mecanismos e o diálogo com os parceiros com interesse na área de género.

1.3. Processo de Formulação da Estratégia de Género e Inclusão Social

A formulação do EGIS iniciou-se em 2023, com a elaboração dos termos de referência e a criação do grupo de trabalho do INGD, tendo sido solicitado assistência técnica a vários parceiros de cooperação.

Três etapas cruciais marcaram o processo de elaboração da EGIS, nomeadamente, uma primeira fase de diagnóstico sectorial, uma segunda de busca de elementos de orientação e uma terceira de validação.

Na primeira fase foram conduzidos diagnósticos exaustivos dos subsectores do INGD com ênfase para o ciclo de gestão de desastres, desde a preparação, resposta e recuperação pós-desastre. O principal objectivo da segunda fase do processo era obter a visão futura e os elementos chave orientadores da estratégia. Nesta fase deu-se particular atenção a aspectos de alinhamento com políticas, estratégias e papel dos principais actores.

A terceira fase foi de consulta e validação do documento, tendo incluído a realização de seminários de harmonização com os diferentes intervenientes (INGD, MGCAS, Agências das Nações Unidas, ONGs, Sociedade Civil e Universidades), bem como consultas regionais.

A Estratégia resulta também de um processo de consultas extensivo com diferentes intervenientes actores que actuam na cadeia de gestão e redução do risco de desastres, parceiros de cooperação e outras instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil, cujo papel na implementação da presente Estratégia será preponderante. Assim, a Estratégia do Género do INGD apresenta um programa com acções de impacto a médio e longo prazos com vista a contribuir para a redução das desigualdades entre mulheres e homens na redução do risco de desastres em Moçambique. A presente estratégia não é portanto um resultado em si mesmo, mas um documento acompanhado de um Plano de Acção com práticas para tornar mais pró-activas um conjunto de actividades sensíveis ao género a todos os níveis do ciclo de gestão do risco de desastres.

1.4. Redução de Risco de Desastres Sensível ao Género

Os Desastres afectam mulheres, homens, meninas e meninos de maneira diferente devido às desigualdades de género causadas por condições socioeconómicas, crenças culturais e práticas tradicionais, que repetidamente colocam as mulheres em desvantagem. Esses factores incluem diferenças de como homens e mulheres são informados pelos sistemas de aviso prévio, a extensão em que a informação é sensível ao género e o poder de decisão intrafamiliar sobre quando e como evacuar. Algumas mulheres podem ter limitações fisiológicas que podem prejudicar suas chances de sobrevivência.

Além disso, em comparação com os homens e meninos, as mulheres podem enfrentar mais dificuldades para fugir com os seus filhos ou parentes com deficiência e idosos devido às responsabilidades de cuidado que lhes são atribuídas, ou quando estão grávidas. As mulheres são tipicamente mais vulneráveis do que os homens aos efeitos dos desastres e das mudanças climáticas. Pesquisas mostram que, na maioria das situações de crise, mulheres e crianças representam a maioria dos afectados (por exemplo, mais de 75% dos deslocados por desastres e que necessitam de assistência em emergências é representado por este grupo vulnerável).

Como resultado, as taxas de mortalidade em desastres são mais altas em mulheres do que em homens, especialmente naqueles países onde os direitos econômicos e sociais das mulheres são restritos. Algumas pesquisas e estudos revelam que tanto mulheres quanto crianças têm potencialmente 14 vezes mais chances de morrer em desastres do que os homens.

1.4.1. Desafios Enfrentadas por Mulheres e Meninas no Ciclo de Gestão do Risco de Desastres

As desigualdades de género continuam um desafio na garantia da observância dos direitos humanos e na promoção do desenvolvimento inclusivo e sustentável. Apesar do reconhecimento do papel que as mulheres desempenham no desenvolvimento sócio-económico do país, muitas vezes são excluídas dos processos de tomada de decisão, acesso aos recursos, oportunidades de trabalho, na sua participação no ciclo de gestão e redução do risco de desastres (preparação, resposta, recuperação e reconstrução pós desastres) bem como, o seu emponderamento é relegado ao segundo plano.

Em Moçambique, as mulheres desempenham um papel fundamental e tem contribuições relevantes na gestão de riscos de desastres e mudanças climáticas⁵. Embora possam não ocupar cargos de liderança política visíveis em grande número, elas dão um contributo muito importante no tecido social e económico das comunidades e, conseqüentemente, para sua capacidade de resiliência. As mulheres moldam comportamentos e transmitem cultura e conhecimento através de redes familiares e sociais, que são cruciais para os esforços de prevenção e resposta aos riscos, especialmente em áreas rurais e em comunidades vulneráveis do país.

Nas áreas rurais de Moçambique, as mulheres desempenham um papel crítico no ciclo de produção agrícola, muitas vezes assumindo a responsabilidade significativa de gerir recursos produtivos como terra, água, gado, biodiversidade, combustível e alimentos.

⁵**ONU Mulheres Moçambique (2019)** - *Relatórios sobre a participação das mulheres na resposta a desastres e recuperação após o ciclone Idai e Kenneth.*

Elas também contribuem com trabalho e energia para a geração de renda e realizam uma quantidade desproporcional de trabalho diário nas esferas doméstica e comunitária, especialmente em tempos de crise. Essas responsabilidades tornam as mulheres peças-chave para a resiliência e a recuperação das comunidades moçambicanas diante de desastres naturais e das mudanças climáticas.

Na África Oriental e Austral, o envolvimento formal das mulheres está em processos de negociação sobre mudanças climáticas e em instituições de RRD é muitas vezes limitado, apesar do envolvimento significativo das mulheres em nível local⁶. Este descompasso entre a participação local e a inclusão formal reflete um desafio global: garantir que as vozes das mulheres sejam integradas e valorizadas nos processos de tomada de decisão, políticas e programas de resposta a desastres e adaptação climática.

Desafios	Restrições
Violência Baseado no Gênero (GBV)	Aumento do risco de violência física e sexual, exploração e abuso após desastres.
Meios de Subsistência	Acesso limitado a oportunidades de emprego e recursos econômicos durante a recuperação.
Posse de Terra/Propriedade	Práticas discriminatórias na posse de terras e direitos de herança.
Perda de Educação	Maior probabilidade de meninas abandonarem a escola devido aos impactos dos desastres.
Casamentos Forçados e uniões prematuras	Aumento das taxas de casamentos forçados e uniões prematuras como mecanismo de sobrevivência para as famílias.
Saúde Sexual e Reprodutiva	Acesso limitado aos serviços de saúde e reprodutiva em contexto de emergência.
Saúde Mental	Taxas mais altas de estresse, ansiedade e depressão entre mulheres e meninas.
Abrigo/Habitação	Acesso inadequado a opções de abrigo ou habitação seguras e protegidas.
Necessidades Médicas	Falta de acesso a serviços essenciais de saúde, especialmente saúde materna.
Seguro	Acesso limitado a serviços de seguro e financeiros para auxiliar na recuperação.

1.4.2. Desafios Únicos e Persistentes Durante e Após Desastres

⁶Relatório do Governo de Moçambique (2021) -Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas

Moçambique, devido à sua localização geográfica e às condições socioeconómicas, é altamente vulnerável a desastres naturais como ciclones, inundações, secas e tempestades tropicais. Esses eventos afectam de maneira desproporcional diferentes grupos dentro da sociedade, exacerbando as desigualdades preexistentes. As mulheres e as crianças, particularmente, enfrentam desafios únicos e persistentes durante e após esses desastres, tornando crucial a implementação de uma estratégia de igualdade de género e inclusão social para a redução de riscos de desastres (RRD).

Desafio	Descrição
Compreensão da RRD Sensível ao Género	Existe uma compreensão limitada sobre a natureza de género do risco de desastres, resultando em abordagens que não consideram as diferentes percepções e impactos em mulheres e homens.
Violência Baseada no Género (VBG)	Desastres naturais exacerbam a violência baseada em género, aumentando os riscos de violência física, sexual e emocional para mulheres e meninas. A integração de VBG nas estratégias de RRD é crucial.
Protecção da Criança (PC)	As crianças são altamente vulneráveis durante os desastres, enfrentando riscos de abuso, exploração e negligência. A protecção infantil deve ser central nas estratégias de RRD.
Necessidade de Protocolos e Processos Inclusivos	Protocolos específicos são necessários para garantir a participação de pessoas com deficiência e outros grupos discriminados e estigmatizados na tomada de decisões e actividades de RRD.
Falta de Dados Desagregados	A ausência de dados desagregados por sexo, idade e deficiência limita a eficácia das políticas de RRD, dificultando a resposta específica e sensível ao género.
Marginalização Institucional do Género	O género é frequentemente marginalizado nas estruturas institucionais, resultando em uma integração superficial e não estratégica nas políticas de RRD e adaptação às mudanças climáticas.
Capacidade Humana e Financeira Limitada	A falta de recursos humanos e financeiros dedicados à integração de género resulta em uma aplicação limitada nas práticas institucionais e nas programações de RRD.
Baixa Representação das Mulheres nos Níveis de Tomada de Decisão	A representação das mulheres em níveis decisórios é insuficiente, especialmente nos níveis distrital e comunitário, perpetuando desigualdades e invisibilidade nos processos de resposta e recuperação de desastres.
Engajamento Limitado do Sector Privado	O engajamento do sector privado na RRD é limitado, com poucas regulamentações nacionais que integrem a RRD no planeamento empresarial, o que enfraquece a resiliência comunitária.
Coordenar Esforços para Superar Desafios Sistêmicos	A falta de coordenação entre ministérios e pontos focais resulta na fragmentação dos esforços de RRD, necessitando de uma integração efectiva das questões de género nos processos institucionais e de colaboração entre as partes.



2. IGUALDADE DE GÉNERO E INCLUSÃO SOCIAL³ EM MOÇAMBIQUE

2.1. Igualdade de Género e Inclusão Social em Moçambique

A igualdade de género e a inclusão social são desafios persistentes em Moçambique. As mulheres e os grupos vulneráveis frequentemente enfrentam barreiras significativas em termos de acesso a recursos, educação, emprego e participação política. Essas desigualdades são ampliadas em situações de desastres, onde as mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência são desproporcionalmente afectados.

O governo de Moçambique, juntamente com organizações da sociedade civil e parceiros internacionais, tem implementado diversas iniciativas para promover a igualdade de género e a inclusão social. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir que essas populações vulneráveis sejam plenamente integradas e beneficiadas pelas políticas de desenvolvimento e gestão de desastres.

O Perfil de Igualdade de Género em Moçambique⁷ destaca os progressos e desafios contínuos na promoção da igualdade de género e inclusão social no país. Embora haja avanços significativos, especialmente nas políticas públicas e na legislação, persistem barreiras estruturais que impedem o pleno acesso dessas populações a recursos e oportunidades. Em particular, o perfil aponta que, em situações de desastres, as desigualdades de género são exacerbadas, com mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência sendo desproporcionalmente afectados.

⁷ UN Women. (2022). *Perfil de Igualdade de Género Moçambique*. Maputo: UN Women.

2.2. Estado Actual da Igualdade de Género e Inclusão Social na RRD em Moçambique

Na gestão de risco de desastres (RRD) em Moçambique, a igualdade de género e a inclusão social ainda não são plenamente integradas. As estratégias e planos de RRD muitas vezes não consideram adequadamente as necessidades específicas e as capacidades das mulheres e dos grupos vulneráveis. Além disso, a participação dessas populações nos processos de tomada de decisão e na implementação das acções de RRD é limitada.

Estudos e avaliações⁸ indicam que, embora existam esforços para incorporar a perspectiva de género e inclusão social na RRD, a implementação prática enfrenta desafios, como a falta de recursos, capacitação inadequada e barreiras culturais. Portanto, é crucial fortalecer as capacidades institucionais e comunitárias para promover uma RRD mais inclusiva e equitativa.

EM Moçambique, como na maioria dos países africanos, as mulheres são desproporcionalmente afectadas pelas mudanças climáticas e estão mais expostas a riscos como desastres naturais, secas, inundações e ciclones⁹. Isso ocorre porque elas dependem mais dos recursos naturais para sua subsistência e são frequentemente marginalizadas nos processos de tomada de decisão. Um exemplo claro dessa vulnerabilidade é a seca induzida pelo El Niño que afectou a região Sul do país em 2016. Durante essa seca, 91,9% das famílias chefiadas por mulheres não tinham provisões alimentares adequadas, geradas durante a temporada agrícola de quatro meses, para atender às necessidades de consumo da família pelos 11 meses seguintes¹⁰.

Além disso, o número de horas que as mulheres dedicaram à colecta de água aumentou de cinco para 12 horas diárias, expondo-as ainda mais à violência baseada no género (VBG) e comprometendo a educação das meninas. Para enfrentar os desafios impostos pela seca, algumas famílias recorreram a práticas como o casamento precoce e o trabalho sexual¹¹. As mulheres também enfrentaram dificuldades em relação à higiene menstrual, já que as plantas absorventes tradicionalmente usadas se tornaram

⁸ *Protection in Natural Disasters: The Response to Cyclone Idai in Mozambique*

⁹ UN Women. (2022). *Perfil de Igualdade de Género Moçambique*. Maputo: UN Women.

¹⁰ Care. 2016. *Hope dries up? Women and girls coping with drought and climate change in Mozambique*.

¹¹ UNFPA. 2016. *Women and Drought in Southern Mozambique: More Responsibilities, less Power and Increased Vulnerabilities: A Case Study in Funhalouro, Panda, Chicualacuala, Chigubo, Magude and Moamba*. Maputo.

escassas. Como resultado, elas foram forçadas a usar plantas mais ásperas, material vegetal ou até mesmo areia para gerenciar seu fluxo menstrual¹².

2.3. Principais Desafios e Oportunidades

Principais Oportunidades	Principais Desafios
Políticas e Quadro Normativo <i>Existem políticas e quadros normativos nacionais e internacionais que apoiam a integração de género e inclusão social na RRD.</i>	Desigualdades Sociais e Económicas: As desigualdades existentes dificultam o acesso equitativo a recursos e serviços, especialmente em contextos de desastres.
Parcerias Estratégicas <i>Colaborações com organizações da sociedade civil, agências internacionais e o sector privado podem fortalecer as iniciativas de RRD.</i>	Falta de Capacitação e Sensibilização: Há uma necessidade contínua de capacitação sobre questões de género e inclusão social entre os actores envolvidos na RRD.
Inovações Tecnológicas <i>O uso de tecnologias de informação e comunicação pode melhorar a colecta de dados, a comunicação e a coordenação em RRD.</i>	Barreiras Culturais: Normas e práticas culturais podem limitar a participação plena e equitativa de mulheres e grupos vulneráveis nos processos de RRD.
Capacitação e Educação: Programas de capacitação e educação contínuos podem aumentar a conscientização e a competência sobre género e inclusão social.	Infraestrutura Inadequada: A infraestrutura existente muitas vezes não é acessível ou adaptada para atender às necessidades de todas as populações, especialmente aquelas com deficiência.

2.4. Redução do Risco de Desastre Sensível ao Género

A RRD sensível ao género *começa* com um plano de acção que prevê uma óptica de género para cada actividade. Embora a *forma* de conduzir na prática a integração da perspectiva de género esteja frequentemente rodeada de algum mistério, o plano de acção adopta a simples abordagem de aplicar uma óptica de género às actividades *habituais* realizadas pelo INGD para apoiar a resposta ao risco de desastres. Estas actividades estão relacionadas com a redução do risco, a preparação, a resposta e a recuperação.

¹² Greene, Margaret. 2019. *Op.Cit.*

Quadro 1: RRD sensível ao género: Quadro de Sendai

Pilar de Sendai	Óptica de género
1. Compreender os riscos de desastres	A análise técnica tem de compreender a perspectiva de género no risco de desastres, considerando as necessidades especiais dos homens e das mulheres, bem como das raparigas e dos rapazes, e aplicar esta análise de género à RRD. <i>Conheça os factos</i> realizando análises de género e recolha de dados desagregados por sexo. Desenvolver programas de educação, formação, investigação e tecnologia sensíveis ao género. Sensibilização para a necessidade de informações oportunas e sensíveis ao género e respetiva defesa em matéria de alerta previo e resposta.
2. Reforçar a governação dos riscos de desastres para gerir os riscos de desastres	Capacitar as mulheres com oportunidades e representação para que participem plenamente nos acordos institucionais e na formulação de políticas. Formação sensível ao género e previsão de fenómenos hidrometeorológicos extremos. Apoiar a igualdade de participação e representação nos níveis de tomada de decisões da governação de desastres. Conduzir sondagens anuais sobre o equilíbrio de género no seio do sistema de GRD em Moçambique.
3. Investir na redução do risco de desastres para resiliência	Garantir a afectação equitativa de recursos: as acções específicas de promoção da igualdade de género têm de ser adequadamente financiadas e integradas nos orçamentos de recuperação. A monitoria e a avaliação são essenciais para garantir a aplicação dos princípios da igualdade de género.
4. Melhorar a preparação para desastres para uma resposta eficaz e para “Reconstruir Melhor”	As imensas contribuições das mulheres para a recuperação têm de ser alargadas aos níveis nacional e local das políticas, considerando a paridade de género nas estruturas de tomada de decisões em matéria de resposta e recuperação e assegurando que as necessidades das mulheres sejam representadas. Fortalecer a colaboração com as OSC e as ONG para apoiar intervenções sensíveis ao género. Apoiar o desenvolvimento de pontos críticos de vulnerabilidade de género no País a fim de identificar acções específicas de preparação para desastres que sejam sensíveis ao género.



3. VISÃO, MISSÃO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ESTRATÉGIA DE GÉNERO

4

3.1. VISÃO

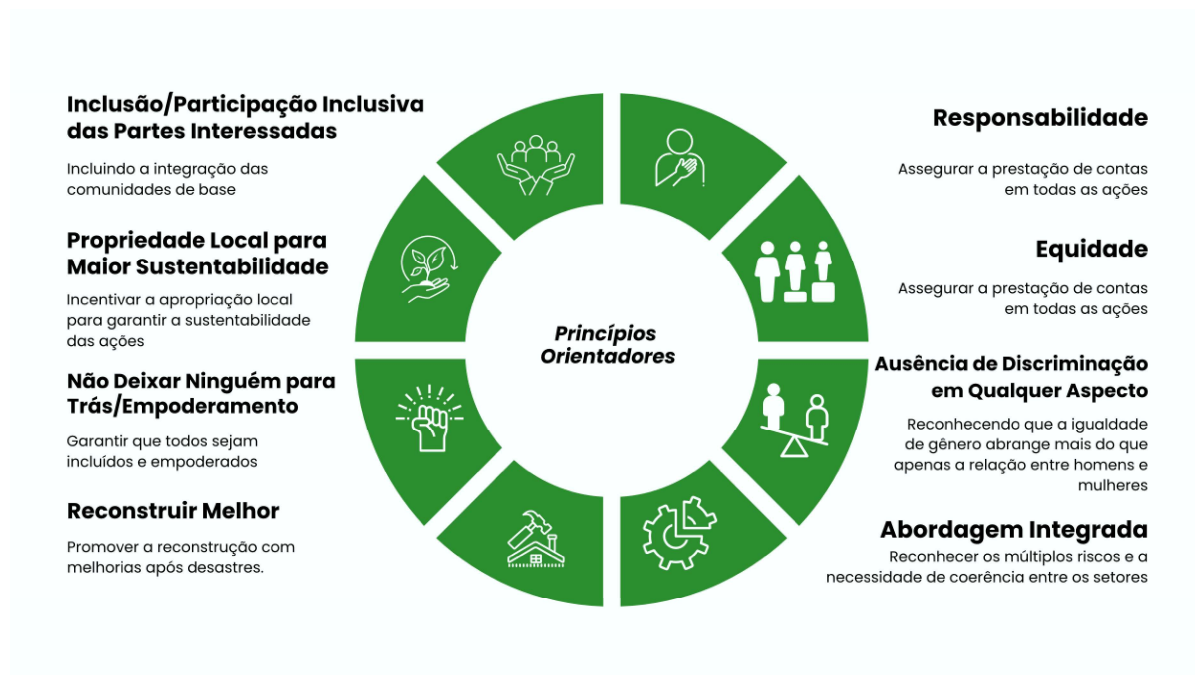
A Estratégia de Género e Inclusão Social do INGD 2024-2030, está inspirada numa visão humanística, baseada no respeito pela dignidade humana, igualdade de direitos, justiça social, diversidade cultural, solidariedade, compartilhando responsabilidades com uma visão de garantir a igualdade e equidade de Género no contexto de GRD e Adaptação às Mudanças Climáticas em Moçambique, bem como a redução da vulnerabilidade da mulher, criança, rapariga e pessoas com deficiência. Isto implica assegurar uma preparação, resposta e recuperação pós-desastres de qualidade, sem nenhum tipo de discriminação por forma que a pessoa humana participe activa e conscientemente na gestão e redução do risco de desastres em Moçambique.

3.2. MISSÃO

A Estratégia de Género e Inclusão Social, tem a missão de situar onde se está e onde se quer chegar através de orientações para o desenvolvimento de acções com vista a se alcançarem resultados em termos de promoção de equidade, igualdade de género e inclusão social, estimulando a liberdade e capacidade de tomada de decisão das mulheres e das comunidades mais vulneráveis nas acções de RRD através de esforços de coordenação intersectorial, interinstitucional e internacional para dar resposta rápida, eficiente eficaz racionalizando os recursos disponíveis e maximizando o seu impacto.

Esta estratégia guiou-se nos seguintes princípios e valores: Promoção da boa governação, Princípio da Igualdade de género, Princípio da Equidade de género, Princípio da paridade, Princípio da responsabilidade, Princípio da Justiça social, Cooperação, Solidariedade, Participação, Coerência, entre outros.

3.3. PRINCÍPIOS ORIENTADORES



3.4. Atribuições do INGD Referente ao Género no Contexto de RRD

A responsabilidade de implementação da presente Estratégia é partilhada entre os diversos actores envolvidos na Gestão e Redução o Risco Desastres em Moçambique, sob coordenação do INGD.

No âmbito da Resolução n.º 3/2021, de 15 de Janeiro, um dos papéis centrais da Divisão de Salvaguardas Sociais e Ambientais (DSSA) é a promoção de integração do Género e inclusão social nos seus planos e programas de actividades. Para esta Estratégia, centrar-se-á em:

- i Promover a integração do Género em todas as políticas, estratégias, programas e projectos desenhados e implementados pelos sectores directa ou indirectamente ligados à RRD e AMC;
- ii Promover a realização de estudos e pesquisas de Género no âmbito da RRD e AMC;
- iii Garantir a implementação da estratégia em todas as esferas e unidades orgânicas do INGD;
- iv Promover acções de formação a vários níveis sobre Género no INGD;
- v Elaborar e implementar programas e projectos sobre Género; e
- vi Desenvolver actividades de formação sobre salvaguardas ambientais e sociais, higiene, saúde e segurança no trabalho, adaptação as mudanças climáticas, directrizes sobre violência baseada no género, exploração e abuso sexual;

4. OBJECTIVOS E ACÇÕES ESTRATÉGICAS

A presente estratégia compreende um conjunto de acções formuladas com base na reflexão sobre a situação das mulheres, pessoas com deficiência, crianças, idosos e outros grupos vulneráveis no processo de Gestão de Risco de Desastres (RRD) e Adaptação às Mudanças Climáticas. Neste contexto, a implementação do Plano circunscreve-se nos domínios de actuação a seguir enunciados. Para cada objectivo específico, foram definidas acções estratégicas que visam promover a inclusão e a equidade, abordando as necessidades e desafios identificados durante as consultas e a revisão de literatura.

Estas acções estratégicas são delineadas para garantir que as intervenções do INGD sejam eficazes na promoção da igualdade de género e na inclusão social. Elas estão organizadas de maneira a assegurar que as iniciativas sejam integradas em todas as fases da RRD e AMC, desde a preparação, resposta e recuperação pós-desastre. Com isso, a estratégia busca criar um ambiente mais resiliente e justo, onde todas as pessoas, independentemente de género e condição social, possam participar plenamente e beneficiar-se das acções de redução de risco e adaptação às mudanças climáticas.

4.1. Objectivos e Acções Estratégicas

4.1.1. Objectivo Geral

A Estratégia de Género e Inclusão Social para Redução de Riscos de Desastres (RRD) visa alcançar resultados globais que promovam a igualdade de direitos e oportunidades tanto para mulheres, raparigas, homens, rapazes, crianças, pessoas com deficiência, jovens e adultos de ambos os sexos em todo o ciclo de gestão e redução do risco de desastres e adaptação às mudanças climáticas, garantindo um desenvolvimento humano integral e sustentável com um horizonte para a transformação cultural, social e económica, conforme previsto no Quadro de Sendai para Redução de Riscos de Desastres 2015-2030 e em consonância com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as políticas nacionais de género, através de:

- Fortalecimento da compreensão da dimensão de género em diferentes aspectos e em todo o ciclo de GRRD, bem como tornar operacional a ligação entre género, prontidão/preparação, resposta e recuperação pós-desastre e desenvolvimento de argumentos para a equidade e igualdade de género na gestão e redução do risco de

desastres e Implementar estratégias/acções apropriadas para conduzir melhor a igualdade de género na RRD.

- Alcance plena de igualdade de género em todas as esferas da vida e criar oportunidades para a participação significativa e o empoderamento de mulheres, jovens, pessoas com deficiência e outros grupos marginalizados.

4.1.2. Objectivos Estratégicos

Os objectivos da estratégia são:

- **Fortalecer Políticas e Estruturas que Promovam a Resiliência de Grupos vulneráveis com Foco na Igualdade de Género, Crianças, Idosos e Pessoas com Deficiência:** para que considerem as necessidades, vulnerabilidades e capacidades específicas de todos os grupos sociais, promovendo a igualdade de género, inclusão social e diversidade.
- **Assegurar a Participação Igualitária nos processos de Tomada de Decisões Relacionadas à RRD, Garantindo a Inclusão de todos Grupos Sociais:** garantir acesso à informação, recursos e processos de tomada de decisão relacionados à preparação, resposta e recuperação de desastres, assegurando que todos, independentemente de género ou status social, possam contribuir e se beneficiar dos processos de governança de RRD.
- **Implementar medidas para prevenir e responder casos de Violência Baseada no Género durante as emergências:** em áreas afectadas por desastres, garantindo o acesso a espaços seguros e serviços de apoio para as sobreviventes.
- **Tornar os Sistemas de Aviso Prévio, Inclusivos, Adaptados às necessidades de Todos os Grupos Sociais:** que sejam acessíveis a todos os indivíduos, incluindo aqueles com deficiências, e que considerem as diferentes necessidades e capacidades de diversos grupos dentro da comunidade.

4.1.3 Resultado Esperado

Redução abrangente e equitativa dos riscos de desastres e dos impactos das mudanças climáticas para mulheres, homens, meninas, meninos, idosos, pessoas com deficiência e outros grupos mais vulneráveis, por meio de acções eficazes e inclusivas de gestão de riscos de desastres para o desenvolvimento sustentável em toda a região.

4.1.4. Intervenções estratégicas por objectivos

Objectivo Estratégico 1: Fortalecer Políticas e Estruturas que Promovam a Resiliência de Grupos vulneráveis com Foco na Igualdade de Género, Crianças, Idosos e Pessoas com Deficiência

Garantir que os planos de redução e gestão de riscos de desastres (RRD) integrem e respondam de maneira eficaz às necessidades, vulnerabilidades e capacidades específicas de todos os grupos sociais, incluindo mulheres, homens, meninas, meninos, pessoas com deficiência, crianças, idosos e outros grupos vulneráveis. O objectivo é promover a igualdade de género, inclusão social e diversidade, construindo resiliência nas comunidades e garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e todas as necessidades sejam atendidas.

Acções estratégicas:

1. Mapear e fortalecer a colecta de Dados Desagregados por sexo, idade, renda e deficiência, além de informações qualitativas sobre género e risco de desastres.
2. Garantir a alocação de recursos e melhorar o acesso ao financiamento para iniciativas de redução do risco de desastres que promovam a igualdade de género.
3. Incorporar Análises de Género e Inclusão Social no processo de Planificação em RRD:
4. Planificar e investir na recuperação, reabilitação e reconstrução de desastres sensíveis ao género.
5. Planificar e implementar a recuperação e a reconstrução estrutural, social e económica de desastres que melhorem a reconstrução, priorizando a igualdade de género e a inclusão social nas estratégias de recuperação e na tomada de decisões, bem como nas actividades de recursos que reduzam a desigualdade de género como um factor de risco implícito.
6. Proporcionar programas que deem novas habilidades e oportunidades de emprego para mulheres, meninas adolescentes e pessoas marginalizadas com base no género.
7. Desenvolver e implementar mecanismos de protecção social adaptativos e sensíveis ao género que reduzam os impactos sociais e económicos dos desastres, levando em conta como os impactos dos perigos estão ligados aos papéis e à desigualdade de género e a outros factores, como insegurança alimentar e hídrica, falta de mecanismos de protecção social, pobreza, planeamento urbano insuficiente e impactos adversos das mudanças climáticas.
8. Trabalhar com mulheres agricultoras e produtoras para Planificar um financiamento de recuperação de desastres que gere resiliência a futuras inundações e secas por

meio de medidas como a aprendizagem e o treinamento técnico sobre a escolha de variedades de culturas, trabalhos de mitigação e acesso aos avisos precoces sazonais.

9. Promover campanhas de sensibilização e consciencialização pública para a RRD sensível às questões de género ao nível nacional;
10. Desenvolver Programas de educação, formação e investigação sensíveis às questões de género no âmbito de desastres;
11. Apoiar uma abordagem à identificação e avaliação dos riscos sensível ao género,
12. Incluir a análise de género na avaliação dos prejuízos e das perdas e prestar atenção especial ao sector informal;
13. Realizar consultas com grupos específicos para identificar as necessidades e possíveis soluções que se cruzam, como buscar separadamente as opiniões de mulheres, homens, pessoas de diversos géneros, pessoas com deficiência, pessoas desalojadas, jovens, povos indígenas e suas organizações.
14. Realizar análises sectoriais de género em relação ao meio ambiente, às mudanças climáticas, à educação, à saúde, à protecção social, à energia, à infraestrutura construída, à agricultura, entre outros, para entender como a desigualdade de género nesses sectores gera o risco de desastres. Usar a análise de género para gerar e aplicar o conhecimento sobre o risco de desastres na tomada de decisões.
15. Assegurar que Planos de Contingência, os Balanços das Épocas Chuvosas e Ciclónicas incorporem critérios e meios para desagregar dados por sexo, idade e deficiência;
16. Rever e actualizar as Leis e Políticas de RRD para Inclusão Social e de Género:
17. Estabelecer Protocolos e Directrizes para a Integração de Género:
18. Garantir Orçamento Sensível e transformador de Género:
19. Planificar o fornecimento de suprimentos de alimentos e tecnologia de economia de mão-de-obra, como equipamentos de cozinha (por exemplo, fogões, utensílios de cozinha e combustível) em abrigos temporários e centros de reassentamentos.
20. Rever as prioridades de restauração da infraestrutura por meio de uma lente de género para garantir que as necessidades e actividades sociais e económicas das mulheres e das partes interessadas na questão de género também sejam atendidas, incluindo a prioridade para a reconstrução de moradias para evitar longos períodos em abrigos temporários, que estão associados a um maior risco de violência com base em género.
21. Planear suprimentos de água de emergência para todas as necessidades e para a rápida restauração do acesso da comunidade à água potável, reconhecendo os encargos adicionais de trabalho e tempo, além dos riscos de segurança pessoal para mulheres e meninas que colectam água.
22. Planificar para garantir que os serviços de saúde, o apoio psicossocial e a educação sejam fornecidos em uma base móvel e restaurados com alta prioridade, para garantir que as mulheres e meninas não continuem a arcar com uma carga maior de

cuidados e apoio e que possam retornar às suas actividades económicas normais ou melhoradas durante a recuperação.

23. Planificar com antecedência um suporte alternativo para os cuidados e a educação infantis.
24. Desenvolver ou adaptar ferramentas sobre como usar indicadores de género e metodologias de análise de género e desenvolver orçamentos sensíveis ao género.
25. Fornecer programas de “treinamento de instrutores” específicos ao contexto para desenvolver a capacidade sustentável de redução do risco de desastres sensível ao género em nível local e nacional.
26. Desenvolver e/ou divulgar ferramentas de análise de género e listas de verificação para serem usadas por aqueles que avaliam e tratam dos riscos e das necessidades.
27. Investir no fortalecimento da capacidade dos funcionários e voluntários para que usem a análise de género nas avaliações de necessidades e riscos de desastres.
28. Usar dados desagregados e realizar análises de género sobre perdas, danos e impactos de desastres — económicos e não económicos, de curto e longo prazo — como base de informações para a recuperação sensível ao género, garantindo a inclusão de sectores económicos informais, como a agricultura, onde muitas mulheres estão envolvidas.
29. Avaliar os métodos e os desafios actuais envolvidos na colecta, no processamento, no armazenamento, na análise e no compartilhamento de dados da população local na preparação e resposta.

Objectivo Estratégico 2: Assegurar a Participação Igualitária nos processos de Tomada de Decisões Relacionadas à RRD, Garantindo a Inclusão de todos Grupos Sociais

Garantir que todos os grupos sociais, incluindo mulheres, homens, meninas, meninos, pessoas com deficiência, crianças, idosos e outros grupos vulneráveis, tenham acesso igualitário à informação, recursos e processos de tomada de decisão relacionados à preparação, resposta e recuperação de desastres. O objectivo é apoiar a liderança e participação significativa de todos os grupos, especialmente mulheres e pessoas com deficiência, em processos de governança de RRD.

Acções estratégicas:

1. Promover a compreensão do sistema de aviso prévio sensível às questões de género (compreender o risco sensível às questões de género) durante os desastres;
2. Desenvolver e utilizar indicadores sensíveis às questões de género para reduzir o risco de desastres e a vulnerabilidade a todos os níveis.

3. Reduzir o risco de protecção para mulheres, raparigas, crianças, idosos, pessoas com deficiência durante as emergências;
4. Promover o reforço da capacidade de monitoria de riscos sensível às questões de género pelo CTGD, através de uma maior sinergia com a DNGRH, INAM, MAAP, MISAU, e outros sectores em matéria de monitoria de riscos sensível às questões de género e de comunicação de informações sobre riscos e sistema de aviso prévio;
5. Assegurar a implementação da RRD sensível ao género no ciclo de preparação, resposta e recuperação pós-desastre
6. Garantir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres para atenuar o risco e construir a resiliência no contexto de um clima em mudança
7. Assegurar a compreensão do risco de desastre na óptica de género considerando as necessidades especiais dos homens e das mulheres.
8. Reforçar a governação dos riscos de Desastres para gerir os riscos de desastre;
9. Investir na redução do risco de desastres para resiliência.
10. Garantir a afectação equitativa de recursos as acções específicas de promoção da igualdade de género através de financiamentos adequados e integrados nos orçamentos de resposta e recuperação.
11. Garantir financiamento significativo de acções de redução do risco de desastres que alcancem os objectivos de igualdade de género e melhore o acesso às oportunidades e atinjam as metas de igualdade de género e aumentem a resiliência.
12. Usar informações sobre as dimensões de género ligadas ao risco de desastres para informar a tomada de decisões a nível do governo e entre as partes interessadas, para aumentar suas capacidades práticas de usar a análise interseccional de género para entender, agir e comunicar os riscos de desastres ligados ao género.
13. Garantir que a igualdade de género seja um critério fundamental para as decisões sobre alocação de recursos que determinam quais investimentos sobre riscos são feitos e como eles são implementados por actores públicos e privados, com base em orçamentos sensíveis ao género, investimentos em educação e desenvolvimento de capacidades para uma implementação eficaz.
14. Garantir Acesso Igual à Informação e Recursos;
15. Aumentar a participação significativa e o empoderamento das mulheres e das partes interessadas relacionadas à questão de género na governança do risco de desastres
16. Apoiar a participação significativa, o empoderamento e a liderança das mulheres, das organizações de mulheres e de outras partes interessadas na igualdade de género e na inclusão, através do fortalecimento das suas capacidades técnicas para

participar de instituições e processos de governança do risco de desastres em todos os níveis, aumentando seus números gerais, garantindo uma representação mínima e papéis de liderança, além de garantir que essas oportunidades sejam inclusivas e acessíveis às pessoas com deficiências.

17. Promover a Participação Significativa de Grupos Vulneráveis na Governança de RRD;
18. Fortalecer a Capacidade das Instituições de RRD para Apoiar a Participação Inclusiva;
19. Realizar programas de recuperação inicial e de meios de subsistência para atender especificamente às necessidades das mulheres com deficiência e às barreiras que elas enfrentam.
20. Garantir o acesso equitativo aos fundos de recuperação e às facilidades de financiamento para o desenvolvimento de pequenas empresas lideradas por mulheres.
21. Garantir a Representação Igual em Processos de Tomada de Decisão;
22. Capacitação e Sensibilização em Género para Tomadores de Decisão; e
23. Promover a Participação Activa de Mulheres em Estruturas de Governança.
24. Garantir que a lei de redução do risco de desastres e os procedimentos de ajuda e recuperação facilitem o acesso das mulheres para reivindicar seus direitos de terra e propriedade após o desastre, especialmente quando forem desalojadas.
25. Trabalhar com organizações de mulheres de base e outras partes locais interessadas na igualdade de género e na inclusão para ajudar a mudar as percepções sociais e culturais negativas e as normas sociais relativas aos direitos das mulheres quanto à moradia, à terra e à propriedade.
26. Fornecer serviços de aconselhamento especializados e sensíveis ao género, informações e assistência jurídica, incluindo assistência em nível comunitário para garantir que as pessoas desalojadas possam exercer seus direitos à moradia, à terra e à propriedade, e obter soluções duradouras.
27. Garantir que os exercícios de emergência e as comunicações de risco sejam acessíveis a todas as mulheres e que os programas de conscienciliação baseados na comunidade sejam participativos, acessíveis e realizados em horários e locais em que as mulheres e pessoas de géneros diversos possam liderar e participar com segurança.
28. Pré-posicionar suprimentos e equipamentos de emergência elaborados para atender às necessidades das mulheres e das partes interessadas na questão de género.
29. Aumentar a conscientização entre os doadores, as instituições financeiras internacionais e os bancos multilaterais de desenvolvimento sobre a importância de investir em recursos e abordagens que apoiem a redução do risco de desastres

sensível ao género e ajudem a alcançar a igualdade de género. Os fundos multilaterais e os bancos de desenvolvimento podem usar critérios de igualdade de género para garantir que os programas e os projectos atendam aos padrões mínimos de integração de género e que uma determinada proporção seja alocada para atividades que alcancem, principalmente, resultados de igualdade de género na redução do risco de desastres.

30. Consultar e envolver de forma significativa diversas mulheres desalojadas no contexto de desastres nas avaliações de risco e necessidades, no mapeamento de desalojamento por desastres e na implementação de medidas de apoio.
31. Aumentar a participação significativa e o empoderamento das mulheres e das partes interessadas relacionadas à questão de género na governança do risco de desastres através de Introdução de cotas para uma representação mínima de mulheres nos CLGD no contexto de redução do risco de desastres.

Objectivo Estratégico 3: Implementar medidas para prevenir e responder casos de Violência Baseada no Género no contexto de RRD

Acções estratégicas:

1. Estabelecer mecanismos e implementar actividades para prevenir e mitigar casos de violência e o assédio baseados no género em contextos de desastres e aproximar as pessoas em risco de violência baseada no género aos serviços específicos.
2. Estabelecer linhas verdes, serviços de apoio e encaminhamento de casos em diferentes idiomas por vários meios de comunicação.
3. Dar treinamento sobre VBG para todo o pessoal envolvido na gestão das emergências.
4. Garantir que os planos de preparação, resposta e recuperação de desastres e suas respectivas orientações e alocações de recursos priorizem o acesso universal a todo o espectro da saúde sexual e reprodutiva e dos direitos reprodutivos, além de garantir a prevenção e a resposta eficazes à violência baseada no género, incluindo atendimento médico, apoio psicossocial, encaminhamento médico, assistência jurídica e outros serviços de apoio.
5. Assegurar nos planos de contingência a continuidade dos serviços de saúde, incluindo o pré-posicionamento de suprimentos e unidades móveis para a prestação de serviços às populações afectadas por desastres.
6. Dar apoio e atenção específica às necessidades maternas e de crianças/bebês durante os processos de resposta e recuperação de desastres.
7. Desenvolver Protocolos e Códigos de Conduta para Prevenção de VBG em Contextos de Desastres;

8. Garantir o acesso à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos, bem como à prevenção e à resposta à violência baseada em género no contexto de desastres
9. Criar e Fortalecer Espaços Seguros para Mulheres e Grupos Vulneráveis em Abrigos e Centros de Evacuação;
10. Assegurar Acesso a Serviços de Apoio para Sobreviventes de VBG; e
11. Promover a Conscientização e Educação sobre Prevenção de VBG em Contextos de Desastres:

Objectivo Estratégico 4: Desenvolver Sistemas de Alerta Prévio, Inclusivos, Adaptados às necessidades de Todos os Grupos Sociais

Desenvolver e implementar sistemas de aviso prévio multirisco que sejam acessíveis e inclusivos, garantindo que todas as pessoas, independentemente de sexo, idade, deficiência ou condição social, tenham acesso às informações e possam agir de maneira adequada em situações de desastre.

Acções Estratégicas:

1. Tornar o sistema de aviso prévio sensíveis ao género e mais inclusivo, adaptado às necessidades específicas de todos os grupos sociais;
2. Garantir sistemas de alerta precoce de múltiplos riscos de ponta a ponta e acção antecipatória personalizada para obter maior acesso para todos por meio de abordagens inclusivas, protectoras e ligadas à igualdade de género. Isso inclui alocações de fundos, abordagens de comunicação apropriadas, monitoria e avaliação e o envolvimento e a liderança contínuos e com recursos das organizações de mulheres e de outras partes interessadas na igualdade de género e inclusão.
3. Reforçar a divulgação de informação sobre risco de desastres sensíveis às questões de género através de recolha de dados sensível às questões de género em zonas de riscos de desastres;
4. Envolver as organizações de pessoas com deficiência para tratar os riscos interseccionais decorrentes da desigualdade de género e da deficiência, garantindo sistemas de aviso prévio acessíveis e usando os princípios do *design* universal na acção antecipatória.
5. Desenvolver planos de divulgação para mulheres desalojadas ou deslocadas internamente sobre prevenção e preparação para desastres nos idiomas de suas comunidades, usando meios de comunicação acessíveis para todas as mulheres, inclusive aquelas com deficiências.
6. Implementar Sistemas de Comunicação que Alcancem Grupos Vulneráveis;
7. Incluir a Perspetiva de Género e Inclusão Social na Criação dos Sistemas de Alerta;

8. Promover a Capacitação Comunitária e o Acesso à Informação; e
9. Monitorar e Avaliar a Eficácia dos Sistemas de Alerta Inclusivos.

5. IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIA E AVALIAÇÃO 6

5.1. Plano de Implementação

O Plano de Implementação é uma componente crucial para garantir a efectiva operacionalização da Estratégia de Género e Inclusão Social do INGD. Esta estratégia detalha as etapas necessárias para a implementação das acções estratégicas, os mecanismos de monitoria para acompanhar o progresso, e os métodos de avaliação para medir os impactos e resultados alcançados.

5.2. Estrutura Organizacional e Responsabilidades

Para garantir a efectiva implementação das acções estratégicas, é essencial definir claramente as responsabilidades e funções de cada unidade do INGD e dos parceiros envolvidos. A estrutura organizacional deve ser delineada da seguinte forma:

Responsabilidades e Funções	DSSA: Coordenar e supervisionar a implementação geral do plano, assegurando o cumprimento das metas e objectivos estabelecidos.
	Direcções Regionais e Delegações Provinciais do INGD: Implementar as acções estratégicas a nível provincial e regional, adaptando-as às necessidades locais e reportando o progresso ao Conselho Consultivo do INGD.
	Parceiros Nacionais, Internacionais, Sociedade Civil e ONGs: Fornecer suporte técnico e financeiro, além de colaborar com a DSSA e Delegações Provinciais na implementação das acções em campo no contexto de RRD.
	Pontos Focais de Género e Inclusão Social: Cada unidade e parceiro deverá nomear pontos focais para garantir que as questões de género e inclusão social sejam integradas em todas as actividades e processos de RRD.

Nomeação de Pontos Focais:

- **Identificação e Capacitação:** Identificar indivíduos qualificados para actuar como pontos focais de género e inclusão social, proporcionando-lhes a capacitação necessária para desempenhar suas funções de maneira eficaz.
- **Responsabilidades dos Pontos Focais:** Monitorar a implementação das acções relacionadas a género e inclusão social, fornecer orientações e suporte técnico, e garantir a conformidade com os princípios estabelecidos na estratégia.

5.3. Monitoria e Avaliação

A presente estratégia será monitorada e avaliada pelo INGD em coordenação com o CTGD através do sistema de monitoria e avaliação existente e seus mecanismos, sendo a base de informação os relatórios periódicos com informação quantitativa e qualitativa, desagregada por sexo, que permita uma análise crítica de género em todo o ciclo de GRD, bem como aprendizados institucionais para constantes revisões e adaptações das acções, caso a realidade da implementação demonstre ser necessário e que permita medir o nível de cumprimento dos planos de acordo com os indicadores e resultados previstos. A planificação, a monitoria e avaliação devem incluir a análise de Género e a planificação das acções que serão feitas de acordo com o ciclo de planificação nacional tendo em conta o PESOE e BdPESOE do INGD.

O progresso da implementação do Plano de Acção será avaliado utilizando sistemas e mecanismos de monitoramento trimestrais, semestrais e anuais, e os relatórios serão alinhados com os sistemas e mecanismos de monitoramento globais e regionais existentes, coordenados pela Divisão de Salvaguardas Sociais e Ambientais no INGD.

5.3.1. Aprendizagem e Compartilhamento de Lições

A GRD sensível ao género e inclusão social requer uma base de conhecimento eficaz e interactiva para disseminar informações sobre melhores práticas, pesquisas, estratégias, recomendações e estudos de caso sobre governança inclusiva de desastres entre as províncias e outros stakeholders. Revisões, avaliações e estudos são importantes, e é responsabilidade de todas as partes interessadas alocar recursos para isso e compartilhar descobertas e recomendações.

As plataformas regionais e nacionais de GRD são veículos importantes para a troca e revisão entre pares, para compartilhar o progresso do INGD e das províncias na implementação do Plano de Acção. Além disso, redes de conhecimento transnacionais, envolvendo ciência, tecnologia, actores académicos e a mídia, são veículos-chave para promover, disseminar e compartilhar conhecimento, tecnologia, experiência e práticas de GRD sensíveis ao género e inclusão social, impulsionando a implementação do Plano de Acção e contribuindo para a Agenda 2030, os ODS relevantes e o Quadro de Sendai.

5.3.2. Processo de Revisão da Estratégia

Para otimizar o processo de revisão e envolver tanto os actores de GRD quanto de Adaptação às Mudanças Climáticas (AMC) na avaliação da Estratégia de Género e Inclusão Social, ela será revista preferencialmente ao mesmo tempo que as estratégias regionais de GRD e AMC, a cada cinco anos, dentro dos procedimentos estabelecidos pelo INGD para a revisão de suas estratégias, políticas e quadros relacionados. A experiência adquirida no monitoramento da estratégia informará a gestão da Estratégia através de uma aprendizagem eficaz, ajustando continuamente as abordagens para garantir a sua relevância e impacto.



6. PARCERIAS E COLABORAÇÃO ESTRATÉGICA

O sucesso da implementação da Estratégia de Género e Inclusão Social do INGD depende fortemente do estabelecimento e fortalecimento de parcerias estratégicas com diversos actores, incluindo agências da ONU, doadores, ONGs, organizações da sociedade civil, e o sector privado. Essas parcerias são essenciais para mobilizar recursos, compartilhar conhecimentos técnicos e garantir a eficácia das acções de redução de riscos de desastres (RRD).

Área de Parceria	Descrição e Colaboração Estratégica
Colaboração com Agências da ONU	Parceria com ONU Mulheres, UNFPA, UNICEF, ACNUR, OIM, PMA, OXFAM, Ligth for the World, Embaixada da Irlanda, PNUD e outras agências da ONU para apoio técnico e financeiro. Essas agências ajudam a integrar género e inclusão social nas políticas nacionais, fortalecendo a capacidade institucional do INGD.
Parcerias com Doadores Internacionais	Trabalho conjunto com doadores internacionais para financiamento de programas e projetos de RRD. Essas parcerias permitem ao INGD acessar recursos essenciais e adaptar práticas inovadoras para o contexto moçambicano.
Engajamento com ONGs e Organizações da Sociedade Civil	Colaboração com ONGs e organizações da sociedade civil para a implementação de ações no nível comunitário. Essas organizações são essenciais na sensibilização, capacitação e mobilização das comunidades locais, garantindo que as intervenções sejam culturalmente sensíveis.
Colaboração com o Setor Privado	Parcerias público-privadas para fortalecer a resiliência comunitária. O setor privado pode oferecer suporte técnico, financeiro e logístico, além de promover práticas empresariais que integrem a RRD em seus modelos de negócios.
Coordenação e Sinergias	Criação de plataformas de diálogo e cooperação entre todos os parceiros para maximizar o impacto das ações de RRD. A coordenação eficaz garantirá que os esforços sejam harmonizados e que as metas de igualdade de género e inclusão social sejam alcançadas.

6.1. Principais Actores

Para implementação eficaz do plano estratégico de género e inclusão social na gestão de risco de desastres requer a colaboração e o envolvimento de diversos actores chave. Estes actores desempenham papéis cruciais na promoção da igualdade de género e na inclusão social, assegurando que as políticas e ações de GRD sejam abrangentes e equitativas.

Grupo de Actores	Responsabilidades e Funções
Governo	Nível Nacional, Regional e Local: Formulação e implementação de políticas de GRD, integração da perspectiva de género e inclusão social, alocação de recursos e promoção da coordenação entre setores.
Organizações Internacionais	• Agências da ONU: Suporte técnico e financeiro, promoção da troca de conhecimentos, capacitação de atores locais. • Outras Organizações Internacionais: Promoção de padrões globais e coordenação de esforços internacionais de GRD.
Sociedade Civil	• ONGs: Representação de comunidades vulneráveis, promoção da conscientização e mobilização de recursos. • Grupos Comunitários, Organizações de Mulheres, Associações de Pessoas com Deficiência: Implementação de projectos de GRD e advocacia por políticas inclusivas.
Setor Privado	• Empresas e Instituições Financeiras: Investimentos em infraestrutura resiliente, inovação tecnológica, parcerias público-privadas. • Iniciativas de Recuperação Econômica: Apoio à inclusão financeira de grupos vulneráveis.
Academia e Instituições de Pesquisa	Universidades e Centros de Pesquisa: Fornecimento de dados e análises para políticas baseadas em evidências, estudos sobre vulnerabilidades, treinamento e capacitação.
Comunidades Locais	Líderes Comunitários, Mulheres, Jovens, Idosos, Pessoas com Deficiência: Envolvimento em todas as fases do ciclo de gestão de riscos, desde o planeamento até a implementação e monitoramento.
Parceiros de Desenvolvimento	Organizações Bilaterais e Multilaterais de Desenvolvimento: Financiamento de programas de GRD, assistência técnica e facilitação da cooperação internacional.
Meios de Comunicação	Veículos de Comunicação: Disseminação de informações sobre riscos de desastres, medidas preventivas, respostas emergenciais, promoção da conscientização pública e cultura de resiliência.

O envolvimento coordenado desses actores chave é fundamental para assegurar que as políticas e práticas de GRD sejam inclusivas e sensíveis ao género. A colaboração eficaz entre governo, organizações internacionais, sociedade civil, setor privado, academia, comunidades locais, parceiros de desenvolvimento e meios de comunicação fortalece a resiliência das comunidades e promove uma recuperação equitativa e sustentável após desastres.

7. PLANO DE ACÇÃO

O Plano de Acção detalhado na tabela abaixo apresenta as intervenções estratégicas necessárias para alcançar os objectivos de inclusão social e igualdade de género na Gestão de Riscos de Desastres (GRD). Cada acção foi desenvolvida para assegurar que todos os grupos sociais sejam considerados, com metas e indicadores claros para guiar a implementação e avaliação do progresso.

#	Acção Estratégica	Actividades Prioritárias	Indicador	Meta	Resultados Esperados	Cronograma (anos)
Objectivo Estratégico 1: Fortalecer Políticas e Estruturas que Promovam a Resiliência de Grupos vulneráveis com Foco na Igualdade de Género, Crianças, Idosos e Pessoas com Deficiência						
1.1	Mapear e Fortalecer a Colecta de Dados Desagregados	Realizar um levantamento das fontes de dados existentes que colectam informações desagregadas por sexo, idade, renda e deficiência para incorporar no Planos de Contingência, os balanços das épocas chuvosas e ciclónicas em conformidade com o Quadro de Sendai.	Percentual de fontes de dados desagregados mapeadas e avaliadas quanto à qualidade e acessibilidade.	Mapeamento e avaliação de 90% das fontes de dados desagregados por sexo, idade, renda e deficiência relevantes.	Dados desagregados de alta qualidade reflectidos nos Planos de Contingência, balanços das épocas chuvosas e ciclónicas	Ano 1 a 2
1.2		Identificar lacunas na colecta de dados e desenvolver estratégias específicas para preenchê-las, incluindo parcerias com universidades, ONGs e sectores privados	Número de lacunas identificadas e estratégias desenvolvidas	Desenvolvimento e implementação de estratégias específicas para preencher 100% das lacunas identificadas.	Colecta de dados mais robusta e inclusiva, com todas as lacunas críticas abordadas	Ano 1 a 2
1.3		Incluir a análise de género na avaliação dos prejuízos e das perdas e prestar atenção especial ao sector informal	Base de dados sobre o número de mulheres e PC no sector informal afectados	Uma base de dados desenvolvida	Dados reais de mulheres e PC afectados	
1.4		Implementar programas de capacitação para equipas de colecta de dados, com foco em técnicas de colecta e análise que garantam a inclusão social e de género	Número de programas de capacitação realizados	100% das equipas de colecta de dados treinadas e capacitadas em técnicas de coleta e análise inclusivas.	Equipes de colecta de dados treinadas e capacitadas para garantir a colecta de dados inclusiva e desagregada	

1.5	Incorporar Análises de Género e Inclusão Social no Planeamento de RRD	Conduzir avaliações de risco que incluam uma análise detalhada das vulnerabilidades de género e sociais em diferentes contextos de desastre	Número de avaliações de risco conduzidas	3 avaliações realizadas	Políticas de RRD mais inclusivas e eficazes, com base em análises detalhadas de vulnerabilidades	Ano 1 a 3
1.6	Assegurar a implementação da RRD sensível ao género no ciclo de preparação, resposta e recuperação pós-desastre	Integrar os resultados dessas avaliações nas políticas e estratégias de RRD, assegurando que todas as fases – da preparação à recuperação – considerem as desigualdades sociais	Número de políticas e estratégias que incorporam análises de género	100% das políticas de RRD ajustadas para garantir a inclusão das de género e vulnerabilidades sociais.	Políticas de RRD ajustadas para incluir uma perspectiva de género e inclusão social em todas as fases	
1.7	Revisar e Atualizar Leis e Políticas de RRD para Inclusão Social e de Género	Realizar uma revisão abrangente das leis e políticas atuais de RRD, com foco na identificação de áreas onde a inclusão social e de género não está adequadamente abordada	Número de leis e políticas revisadas	Revisão completa de todas as leis e políticas relevantes	Leis e políticas atualizadas para abordar lacunas de inclusão social e género	
1.8		Propor revisões e emendas específicas às políticas, em colaboração com especialistas em género, inclusão social e representantes de grupos vulneráveis	Número de revisões e emendas propostas	Revisões e emendas propostas para todas as políticas identificadas	Políticas revisadas que refletem as necessidades de género e inclusão social	
1.9	Estabelecer Protocolos e Diretrizes para a Integração de Género	Desenvolver e implementar diretrizes específicas para a integração de análises de género e inclusão social em todas as fases da gestão de risco de desastres	Número de protocolos e diretrizes desenvolvidos e implementados	Diretrizes implementadas	Integração de género eficaz nas políticas de RRD	
1.10	Assegurar o Empoderamento Económico e acesso aos recursos naturais e mecanismos de gestão do ecossistema	Desenvolver programas e planos sensíveis ao género para proteger o ambiente e os recursos naturais; Realizar campanhas de Informação, Educação e Comunicação para a Mudança de Comportamentos sobre a preservação do ambiente, dos recursos naturais e os efeitos das alterações climáticas;	Número de Programas e Planos estabelecidos	1 programa e 3 planos	As comunidades sensibilizadas sobre a proteção do ambiente e uso sustentável dos recursos naturais	
1.11			Número de campanhas realizadas.	16 campanhas		
1.12		Fazer o levantamento dos mecanismos para a gestão do ecossistema e a prevenção de	Número de mecanismos sobre gestão de ecossistemas existentes	Pelos 2 mecanismos	Comunidades com conhecimento sobre gestão de ecossistema	

		desastres naturais, tendo em consideração a igualdade de direitos entre mulheres e homens;				e prevenção de desastres naturais.	
1.13	Garantir Orçamento Sensível ao Género	Investir na redução do risco de desastres para resiliência, garantindo a afectação equitativa de recursos financeiros para as acções específicas de promoção da igualdade de género.	Percentagem de orçamento alocado para acções de promoção de igualdade de género	10% do orçamento sensível ao género	Garantir Orçamento Sensível ao Género		
1.14		Implementar o orçamento sensível ao género em alocações de recursos relacionados à RRD	Percentual de orçamento alocado para iniciativas sensíveis ao género	10% do orçamento sensível ao género	Garantir Orçamento Sensível ao Género	Ano 1 a 3	
Objetivo Estratégico 2: Assegurar a Participação Igualitária nos processos de Tomada de Decisões Relacionadas à RRD, Garantindo a Inclusão de todos Grupos Sociais							
2.1		Desenvolver materiais de comunicação acessíveis e inclusivos (por exemplo, em formatos braille, áudio e línguas locais) para disseminar informações sobre RRD	Número de materiais desenvolvidos	Material desenvolvido	Informações acessíveis e compreendidas por todos os grupos sociais		
2.2	Garantir Acesso Igualitário à Informação e Recursos	Estabelecer centros/grupos comunitários de informação que ofereçam recursos e apoio, especialmente em áreas remotas e carentes	Número de centros /grupos comunitários estabelecidos	Centros comunitários estabelecidos	Comunidades informadas e melhor preparadas para desastres		
2.3		Implementar programas de capacitação para líderes comunitários sobre como disseminar informações de maneira eficaz e inclusiva	Número de programas de capacitação realizados	100% dos líderes dos CLGDR capacitados	Líderes comunitários capacitados para disseminar informações de RRD		
2.4	Promover a Participação Significativa de Grupos Vulneráveis na Governança de RRD	Estabelecer quotas ou metas para a inclusão de mulheres, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis em comités e órgãos de governança de RRD	Percentual de grupos vulneráveis incluídos em comités	100% de inclusão	Participação ativa e representativa de grupos vulneráveis		
2.5		Fornecer treinamento em liderança e governança para mulheres e pessoas com deficiência, preparando-os para assumir papéis de liderança em iniciativas de RRD	Percentagem de mulheres e pessoas com deficiência em matéria de posições de liderança visíveis.	50% das mulheres e Pessoas com deficiência possam ter posições de liderança visíveis	Mulheres e pessoas com deficiência capacitadas em matéria de liderança e Governança no contexto de desastres.		

2.6		Criar e manter espaços seguros e acessíveis onde as mulheres e outros grupos vulneráveis possam participar ativamente dos processos de tomada de decisão	Número de espaços seguros criados e mantidos	100% dos espaços seguros operacionais	Participação segura e ativa de grupos vulneráveis em decisões de RRD	
2.7	Fortalecer a Capacidade das Instituições de RRD para Apoiar a Participação Inclusiva	Desenvolver e implementar programas de formação para funcionários públicos e líderes de RRD, focando na importância da inclusão e participação de todos os grupos	Número de programas de formação realizados	100% funcionários e líderes capacitados	Instituições de RRD mais inclusivas e capacitadas para apoiar a participação de todos os grupos	
2.8		Estabelecer mecanismos de monitoria e avaliação para garantir que as práticas de inclusão estejam sendo efetivamente implementadas	Número de mecanismos de monitoramento estabelecidos	Mecanismos em operação	Monitoramento eficaz e contínuo das práticas de inclusão	
2.9		Fornecer apoio técnico e financeiro a iniciativas comunitárias que promovam a participação de grupos vulneráveis em processos de RRD	Apoio técnico fornecidos	Recursos alocados	Comunidades fortalecidas e participativas em processos de RRD	
2.10	Garantir a Representação Igualitária em Processos de Tomada de Decisão	Promover a inclusão de representantes de grupos vulneráveis em todas as fases do ciclo de gestão de desastres, desde a preparação até a recuperação	Percentual de representantes vulneráveis incluídos nas fases do ciclo de gestão de desastres	70% de inclusão	Representação equitativa e participativa em todos os níveis do ciclo de gestão de desastres	
2.11		Facilitar a criação de redes de apoio e coalizões entre grupos vulneráveis para fortalecer sua voz e representação nos processos de governança	Número de redes de apoio e coalizões formadas	Criar e fortalecer 10 redes de apoio e coalizões até o final do segundo ano, com a meta de engajar todos os grupos vulneráveis em pelo menos uma coalizão ativa.	Voz e representação de grupos vulneráveis fortalecidas e unificadas	
2.12		Organizar fóruns e consultas públicas que envolvam a participação de mulheres, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis, garantindo que suas perspectivas sejam integradas nas decisões políticas	Número de fóruns e consultas organizados	Organizar um mínimo de 8 fóruns e consultas públicas em cada província durante os primeiros dois anos, assegurando que as perspectivas de grupos vulneráveis sejam	Perspectivas de grupos vulneráveis integradas nas políticas de RRD	

				incorporadas em 100% das novas políticas de RRD.		
2.13	Capacitação e Sensibilização em Género para Tomadores de Decisão	Desenvolver programas contínuos de capacitação para tomadores de decisão e implementadores de políticas sobre a importância da integração de género na GRD	Número de programas de capacitação contínuos realizados	Capacitar 100% dos tomadores de decisão e implementadores de políticas em três ciclos anuais de formação contínua até o final do terceiro ano.	Tomadores de decisão equipados para incorporar perspectivas de género em suas atividades	
2.14	Promover a Participação Activa de Mulheres em Estruturas de Governança	Estabelecer metas de participação mínima para mulheres em comités de governança da GRD e incentivar parcerias inovadoras com grupos de mulheres para fortalecer a liderança feminina em todos os níveis de decisão	Percentual de mulheres participando em comités de governança	Alcançar 50% de participação feminina em comités de governança da GRD e estabelecer parcerias com pelo menos três grupos de mulheres em cada província até o final do terceiro ano.	Liderança feminina fortalecida em todos os níveis de decisão na GRD	
Objetivo Estratégico 3: Implementar Medidas Para Prevenir e Responder À Violência Baseada Em Género Em Áreas Afetadas Por Desastres Durante e Após						
3.1	Desenvolver Protocolos e Códigos de Conduta para Prevenção de VBG em Contextos de Desastres	Elaborar e implementar códigos de conduta para todos os trabalhadores humanitários e de resposta a desastres, assegurando o cumprimento de práticas que previnam a VBG	Número de códigos de conduta desenvolvidos e implementados	Desenvolver e implementar códigos de conduta em 100% das organizações de trabalhadores humanitários e de resposta a desastres até o final do primeiro ano.	Trabalhadores humanitários e de resposta a desastres capacitados para prevenir VBG	
3.2		Desenvolver protocolos de atuação para a identificação e resposta imediata a casos de VBG em abrigos e centros de evacuação	Número de protocolos desenvolvidos e implementados	Desenvolver e implementar protocolos em 100% dos abrigos e centros de evacuação identificados até o final do primeiro ano.	Resposta eficaz e imediata a casos de VBG em contextos de desastres	
3.3		Capacitar as equipes de resposta a desastres em práticas de prevenção e identificação de VBG, garantindo que estejam preparados para agir em conformidade com os protocolos estabelecidos	Número de capacitações realizadas	Realizar capacitações trimestrais para todas as equipes de resposta a desastres, com 100% das equipes concluindo a	Equipes de resposta treinadas e preparadas para prevenir e responder à VBG	

				formação até o final do segundo ano.			
			% percentagem de taxa de mortalidade a reduzir durante os desastres	50% a taxa de mortalidade de mulheres durante os desastres	Melhorada a equidade de género durante as emergências		
3.4		Estabelecer espaços seguros dentro dos abrigos e centros de evacuação que sejam exclusivos para mulheres e crianças, onde possam acessar serviços de apoio	Número de espaços seguros criados	Criar e operacionalizar pelo menos um espaço seguro em cada abrigo e centro de evacuação em áreas de alto risco até o final do segundo ano.	Mulheres e crianças protegidas e com acesso a serviços de apoio em contextos de desastres		
3.5		Reduzir os índices de discriminação com base no sexo, no acesso aos bens de ajuda humanitária, nos centros de acomodação durante a emergência.	Percentagem de redução de índice de discriminação através das sensibilizações	Pelo menos 75% de redução de discriminação.	Líderes comunitários, CLGRD e comunidades sensibilizados sobre discriminação		
3.6	Criar e Fortalecer Espaços Seguros para Mulheres e Grupos Vulneráveis em Abrigos e Centros de Evacuação	Implementar medidas de segurança, como iluminação adequada e monitoria, para prevenir incidentes de VBG nesses locais	Número de medidas de segurança implementadas	Garantir que todas as áreas de risco identificadas em abrigos e centros de evacuação tenham iluminação adequada e sistemas de monitoria instalados até o final do 1º ano	Ambientes seguros e monitorados para prevenir VBG em abrigos e centros de evacuação		
3.7		Fornecer treinamento para os responsáveis pela administração de abrigos sobre como manter um ambiente seguro e sensível ao género e às necessidades dos grupos vulneráveis	Número de treinamentos realizados	Implementar treinamentos para 100% dos responsáveis pela administração de abrigos até o final do ano 2, garantindo que todos estejam preparados para manter ambientes seguros e inclusivos.	Administradores de abrigos capacitados para manter um ambiente seguro e inclusivo		

3.8		Estabelecer sistemas de denúncia acessíveis e confidenciais para vítimas de VBG em centros de evacuação e comunidades afetadas	Número de sistemas de denúncia estabelecidos	Estabelecer sistemas de denúncia em 100% dos centros de evacuação em todas as províncias até o final do ano 2.	Vítimas de VBG com acesso a mecanismos de denúncia seguros e confidenciais	
3.9	Assegurar Acesso a Serviços de Apoio para Sobreviventes de VBG	Organizar e manter redes de apoio psicossocial, incluindo a disponibilização de profissionais treinados para atender sobreviventes de VBG	Número de redes de apoio psicossocial estabelecidas	Implementar e operacionalizar 100% das redes de apoio psicossocial previstas em todas as províncias até o final do ano 2.	Sobreviventes de VBG com acesso a apoio psicossocial adequado	
3.10		Garantir o acesso a serviços de saúde especializados, incluindo apoio médico imediato e encaminhamento para serviços de justiça, para sobreviventes de VBG	Número de serviços especializados disponibilizados	Disponibilizar serviços de saúde especializados em 100% das áreas de alto risco de VBG até o final do ano 2.	Sobreviventes de VBG com acesso a serviços de saúde e justiça adequados	
3.11		Lançar campanhas de conscientização direcionadas às comunidades sobre os riscos de VBG em contextos de desastres e como preveni-los	Número de campanhas de conscientização realizadas	Realizar campanhas de conscientização sobre VBG em 80% das comunidades identificadas como de alto risco até o final do ano 2.	Comunidades informadas sobre os riscos de VBG e formas de prevenção	
3.12	Promover a Conscientização e Educação sobre Prevenção de VBG em Contextos de Desastres	Integrar a educação sobre prevenção de VBG nos programas de treinamento para equipes de resposta a desastres e líderes comunitários	Número de programas de treinamento que incluem prevenção de VBG	Implementar programas de treinamento que incluem a prevenção de VBG em 100% das equipes de resposta a desastres e líderes comunitários até o final do ano 3.	Equipes e líderes comunitários capacitados para prevenir VBG em desastres	
			Porcentagem de redução de risco de VBG, AES, Tráfico humano e discriminação.	Pelo menos 50% até 2030	Comitês, Líderes Comunitários e Comunidades capacitados e sensibilizados em matéria de RRD E Tráfico humano	

3.13	Envolver líderes comunitários e religiosos na promoção de mensagens sobre a prevenção de VBG e no apoio a vítimas em suas comunidades	Número de líderes comunitários e religiosos envolvidos	Envolver 80% dos líderes comunitários e religiosos em áreas prioritárias na promoção ativa de mensagens sobre a prevenção de VBG até o final do ano 2.	Comunidades com maior apoio e conscientização sobre a prevenção de VBG	
Objetivo Estratégico 4: Desenvolver Sistemas de Alerta Prévio, Inclusivos, Adaptados às necessidades de Todos os Grupos Sociais					
4.1	Realizar uma avaliação das barreiras existentes na acessibilidade dos sistemas de alerta atuais, identificando as necessidades específicas de diferentes grupos	Número de avaliações realizadas	Completar as avaliações de acessibilidade para todos os sistemas de alerta em uso em comunidades vulneráveis até o final do ano 1, garantindo uma compreensão completa das barreiras existentes.	Barreiras identificadas e compreendidas para desenvolver sistemas de alerta acessíveis	
4.2	Adaptar os sistemas de alerta para incluir múltiplos formatos de comunicação, como mensagens de texto, áudio, braille, e sinais visuais	Número de sistemas de alerta adaptados	Garantir que 80% dos sistemas de alerta em áreas de alto risco estejam adaptados para incluir mensagens de texto, áudio, braille, e sinais visuais até o final do ano 1.	Sistemas de alerta acessíveis para todos os grupos sociais, incluindo pessoas com deficiência	
4.3	Promover ações de inclusão de gênero no uso de tecnologias de informação e comunicação assistivas nos sistemas de alerta por vibração. E Melhorar a preparação para desastres para uma resposta eficaz e para “Reconstruir Melhor”.	Número de tecnologias assistivas e dispositivos adaptados implementados	Garantir que 75% das comunidades vulneráveis tenham acesso a pelo menos uma tecnologia assistiva ou dispositivo adaptado para alertas até o final do ano 1.	Grupos vulneráveis com acesso a sistemas de alerta por meio de tecnologias assistivas	

4.4	Implementar Sistemas de Comunicação que Alcancem Grupos Vulneráveis	Desenvolver sistemas de comunicação que utilizem múltiplos formatos e canais para alcançar grupos vulneráveis	Número de sistemas de comunicação desenvolvidos	Garantir que 80% dos grupos vulneráveis em todas as regiões identificadas tenham acesso a sistemas de comunicação multiformato até o final do ano 2.	Informações de alerta prévio acessíveis a todos os grupos sociais, especialmente os vulneráveis	
4.5		Implementar canais de comunicação específicos para áreas remotas e comunidades de difícil acesso	Número de canais de comunicação implementados	Estabelecer e operacionalizar canais de comunicação em 100% das áreas remotas e de difícil acesso identificadas até o final do ano 2.	Comunidades remotas e de difícil acesso informadas e prontas para responder a alertas	
4.6	Incluir a Perspectiva de Gênero e Inclusão Social na Criação dos Sistemas de Alerta	Conduzir análises de gênero e inclusão social para entender como diferentes grupos recebem e respondem a alertas de desastres	Número de análises realizadas	Concluir uma análise detalhada de gênero e inclusão social para cada grupo vulnerável identificado até o final do ano 2.	Sistemas de alerta desenvolvidos com base em uma compreensão das necessidades de diferentes grupos	
4.7		Incluir representantes de grupos de mulheres, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis no processo de desenvolvimento e avaliação dos sistemas de alerta	Número de representantes incluídos no processo de desenvolvimento	Incluir representantes de 100% dos grupos-alvo no processo de desenvolvimento e avaliação dos sistemas de alerta até o final do ano 1.	Sistemas de alerta que refletem as necessidades e perspectivas de todos os grupos sociais	
4.8	Promover a Capacitação Comunitária e o Acesso à Informação	Garantir que as necessidades específicas de mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência sejam consideradas na formulação das mensagens de alerta e na disseminação das informações	Número de mensagens de alerta formuladas com base em necessidades específicas	Desenvolver 100% das mensagens de alerta até o final do ano 2, garantindo que todas considerem as necessidades específicas de mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência.	Mensagens de alerta eficazes e acessíveis a todos os grupos sociais	

4.9		Implementar programas de treinamento comunitário sobre a interpretação de mensagens de alerta e as ações recomendadas durante uma emergência	Número de programas de treinamento comunitário realizados	Garantir que 80% das comunidades-alvo recebam treinamento até o final do ano 3, aumentando a capacidade de resposta local a emergências.	Comunidades capacitadas para interpretar e agir com base em mensagens de alerta	
4.10		Desenvolver e distribuir materiais educativos acessíveis, como guias em braille, vídeos com linguagem de sinais e outras formas de comunicação inclusivas	Número de materiais educativos desenvolvidos e distribuídos	Garantir a distribuição de materiais educativos acessíveis a 100% das comunidades-alvo dentro de 3 anos.	Materiais educativos acessíveis a todos os grupos sociais, promovendo uma melhor compreensão dos alertas	
4.11		Utilizar plataformas de mídia social e outras tecnologias digitais para ampliar o alcance das mensagens de alerta	Número de plataformas e tecnologias utilizadas	Utilizar pelo menos 3 plataformas de mídia social e 2 tecnologias digitais para a difusão de mensagens de alerta.	Mensagens de alerta difundidas amplamente através de múltiplos canais, alcançando todas as camadas da população	Ano 2 a 3



GLOSSÁRIO

Termo	Definição
Avaliação de Riscos	Processo de identificação, análise e avaliação dos riscos associados a desastres, considerando a probabilidade e o impacto potencial em comunidades e infraestrutura.
Capacitação	Processo de fortalecimento das habilidades, conhecimentos e competências de indivíduos e organizações para responder de forma eficaz a desastres e integrar a igualdade de género.
Cidadania Activa	Participação activa dos cidadãos em processos de decisão e ações comunitárias, especialmente na preparação e resposta a desastres.
Empoderamento	Processo pelo qual indivíduos ou grupos ganham maior controle sobre suas vidas e o poder de tomar decisões, particularmente em contextos de desigualdade de género e exclusão social.
Equidade de Género	Princípio de tratar homens e mulheres de forma justa, levando em consideração suas diferentes necessidades e experiências, com o objetivo de alcançar igualdade de oportunidades.
Participação Comunitária	Envolvimento activo das comunidades em todas as fases do ciclo de gestão de desastres, desde a prevenção até a recuperação, garantindo que suas vozes sejam ouvidas.
Protec,ção Social	Conjunto de políticas e programas que visam reduzir a vulnerabilidade social e econômica das pessoas, oferecendo suporte em situações de crise, como desastres.
Sustentabilidade	Capacidade de manter práticas de redução de risco de desastres de forma contínua e eficaz, garantindo que os recursos naturais e sociais sejam preservados para as futuras gerações.
Recuperação socioeconômica	Iniciativas voltadas para restabelecer os meios de subsistência e a capacidade econômica das comunidades após um desastre.
Saúde sexual e reprodutiva	Estado de bem-estar físico, emocional, mental e social relacionado à sexualidade e à reprodução.
Género	Refere-se às características socialmente construídas de mulheres e homens, como normas, comportamentos e papéis associados a cada género na sociedade.
Inclusão social	Processo de melhorar as condições para os indivíduos e grupos que estão em situação de desvantagem social.
Desastres	Eventos naturais ou provocados pelo homem que causam danos significativos ao meio ambiente, saúde e infraestrutura.
Mitigação	Medidas tomadas para reduzir os impactos negativos de desastres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. UNDAF, 2019. 2017-2020 Progress Report - Mozambique. s.l.: United Nations Development Assistance Framework (UNDAF).
2. World Bank, 2012. Mozambique: Disaster Risk Financing and Insurance Country Note. Washington, DC: World Bank.
3. Comissão europeia, 2020. Estratégia para a Igualdade de Género. s.l.: s.n.
4. IASC, 2020. Inter-Agency Humanitarian Evaluation of the Response to Cyclone Idai in Mozambique, July 2020. Inter-Agency Standing Committee (IASC).
5. INE & ICF, 2024. Inquérito Demográfico e de Saúde em Moçambique 2022–23. Maputo, Moçambique e Rockville, Maryland, EUA: INE e ICF.
6. IFRC, 2021. IFRC Operation Update No. 8, Mozambique – Africa, Tropical Cyclone Idai and Kenneth. s.l.: International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies (IFRC).
7. Ministério de Género, Criança e Ação Social (MGCAS), 2022. Perfil de Igualdade de Género de Moçambique. Maputo: MGCAS.
8. FAO, 2024. Climate-Smart Agriculture. Available at: www.fao.org/climate-smart-agriculture [Accessed 20 May 2024].
9. PLAAS, 2021. Gendered Implications of Formalisation of Customary Tenure in Mozambique. Available at: <https://plaas.org.za/gendered-implications-of-formalisation-of-customary-tenure-in-mozambique/> [Accessed 7 Jun. 2024].
10. CARE International, Rapid Gender Analysis, April 2019. Rapid Gender Analysis, Cyclone Idai Response, Sofala Province. s.l.: CARE.
11. Rinaudo, T. M. A. & M. M., 2019. Farmer Managed Natural Regeneration (FMNR) Manual. s.l.: s.n.
12. USAID, 2017. Análise do mercado de seguros de Moçambique: Projecto de Adaptação das Cidades Costeiras de Moçambique. Mozambique: Guy Carpenter & Co.
13. Wester, M. v. D. H. & W. J., 2017. Disability Inclusive-Disaster Risk Reduction. s.l.: s.n.
14. Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015-2030).
15. União Africana (UA), 2021. Estratégia de Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres.
16. Relatório do Governo de Moçambique (2021) - Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas
17. Banco Mundial (2020) Women in Leadership: The Untapped Resource for Disaster Risk Reduction in East and Southern Africa